Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

PROTOCOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROTOCOLO MUNICIPAL
Nº:19847 /9 / 2026
DATA: 16/09/2026- 17:48:45
ASSUNTO: RECURSO
REQ: SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA
SENHA: BIX8F2B

Comli

SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA
CNPJ: 43.281.752/0001-80
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1045, Letra D, Sala Térrea
Bairro Maria Goretti - Chapecó/SC - CEP 89801-061
Telefone: (49) 98821-9839 / (49) 98408-7633
E-mail: gerson@treinavil.com.br | ssttreinamentos24@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROCESSO SOB Nº 19847
FLS. Nº 02
EM 16/09/2026
Assinatura / Carimbo

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E ILUSTRES MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.356/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 042/2026

SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 43.281.752/0001-80, regularmente qualificada no certame como Microempresa nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com sede estabelecida na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1045, Letra D, Sala Térrea, Edifício Belo Horizonte, Bairro Maria Goretti, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.801-061, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos por sua representante legal, bem como por sua bastante procuradora, Dra. Larissa Ribeiro de Rezende Tramontini, OAB/TO 10.937, vem, com o devido respeito e acatamento, perante Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 165, inciso I, alínea "c", e parágrafos correspondentes, da Lei Federal nº 14.133/2021, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da r. decisão proferida em sessão pública realizada no dia 10 de setembro de 2026, que declarou inabilitada a ora Recorrente nos Lotes 01, 02 e 03 do Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026, bem como em face dos atos subsequentes de habilitação e aceitação da proposta da empresa L&R STAFF LTDA., declarada vencedora dos respectivos lotes, requerendo o recebimento do presente inconformismo no seu regular efeito suspensivo *ex lege*, previsto no artigo 168 da Lei Federal nº 14.133/2021, para que, exercendo este d. Pregoeiro o juízo de retratação no prazo legal, digne-se de reconsiderar os atos decisórios impugnados.

A presente insurgência, portanto, não se limita à inabilitação da Recorrente, abrangendo também a aceitação da proposta e a habilitação da empresa L&R STAFF LTDA., na medida em que a manutenção de sua habilitação e de sua condição de vencedora produz efeito direto sobre o resultado do certame e sobre a possibilidade de prosseguimento da Recorrente na disputa.

Registra-se, ainda, que, embora a manifestação realizada no chat da sessão tenha consignado expressamente a inabilitação da Recorrente nos Lotes 01 e 03, verifica-se que a Recorrente também foi considerada inabilitada no Lote 02, circunstância que não foi devidamente explicitada na comunicação realizada no chat da sessão. Considerando que a documentação de habilitação e a proposta foram apresentadas no âmbito do certame, requer-se que seja expressamente esclarecido e formalmente motivado o fundamento utilizado pela Administração para a inabilitação da Recorrente também quanto ao Lote 02, especialmente para que não subsista qualquer decisão sem motivação clara, individualizada e passível de efetivo contraditório e ampla defesa.

Subsidiariamente, caso não seja exercida a reconsideração pela instância monocrática, requer-se o imediato encaminhamento das razões recursais, devidamente motivadas, à elevada apreciação da Autoridade Superior Competente, para que conheça e dê integral provimento ao recurso, com a consequente revisão dos atos de inabilitação da Recorrente e de aceitação da proposta e habilitação da empresa L&R STAFF LTDA., com base nos substratos fáticos e jurídicos a seguir delineados.

No tocante à admissibilidade recursal, evidencia-se a estrita regularidade formal e a patente tempestividade da medida. De acordo com os registros oficiais lavrados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico disponibilizada no portal eletrônico LICITANET, a r. decisão que reputou inabilitada a empresa Recorrente foi lançada no sistema na sessão de 10 de setembro de 2026, alcançando os Lotes 01, 02 e 03.

Em estrita obediência ao comando inscrito no artigo 165, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao subitem 14.4.1 do Edital regulador da disputa, a Recorrente manifestou de pronto sua expressa intenção de recorrer dentro do prazo legal concedido,

PROCESSO Nº 19847
FLS. 03
RÚBRICA:

consoante os registros lavrados no sistema sob os IDs nº 52026 e 93033, às 13:59:29 horas e, sucessivamente, às 17:52:39 horas do mesmo dia 10 de setembro de 2026.

Tendo o ilustre Pregoeiro admitido regularmente as intenções de recurso formuladas pelas empresas interessadas na data de 10 de setembro de 2026, restou expressamente franqueado às licitantes o prazo improrrogável de três dias úteis para a apresentação das razões recursais até o dia 15 de setembro de 2026. Dessa forma, verificado o protocolo das presentes razões dentro do interregno legal estabelecido pela norma geral de licitações e contratos administrativos, impõe-se o conhecimento do recurso interposto, com a instauração do competente juízo de admissibilidade e mérito.

1. Síntese dos Fatos e da Decisão Recorrida

O Município de Araruama deflagrou o Processo Administrativo nº 16.356/2025 com o escopo de realizar licitação pública, na modalidade Pregão sob a forma Eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços tombado sob o nº 042/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação integrada de serviços de capacitação operacional, treinamento armado institucional, avaliação psicológica para porte de arma de fogo, requalificação funcional periódica e locação de estrutura técnica especializada destinados à Guarda Civil Municipal de Araruama.

O certame foi estruturado em três lotes com ampla concorrência, contemplando o Lote 01 a Formação e Especialização Profissional, o Lote 02 as Avaliações Psicológicas e o Lote 03 a Requalificação e Manutenção da Aptidão Operacional Armada, totalizando o valor global orçado pela Administração em R$ 2.971.744,50 (dois milhões novecentos e setenta e um mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Por força da previsão expressa contida no subitem 8.1 do instrumento convocatório e no artigo 57 do respectivo Termo de Referência, e calcada na prerrogativa encartada no artigo 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração optou pela inversão da ordem ordinária das fases procedimentais, determinando que a análise da documentação de

PROCESSO Nº 19817
FLS 04
RUBRICA:

habilitação de todos os concorrentes antecedesse a abertura e o julgamento das respectivas propostas comerciais e lances.

Aberta a sessão pública do certame em 01 de setembro de 2026, às 10:07:40 horas, o Pregoeiro verificou e aprovou preliminarmente as garantias de proposta exigidas pelo subitem 17.1 do instrumento convocatório, procedendo logo após à suspensão da sessão a fim de que os autos fossem remetidos à Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil, a pretexto de subsidiar o julgamento dos documentos de qualificação técnica mediante exame da unidade demandante.

A remessa resultou na emissão da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, subscrita pelo ilustre Superintendente de Armamentos, acostada às folhas 945/971 do Processo Administrativo. Em dita manifestação instrutória, a unidade técnica opinou favoravelmente à qualificação técnica da ora Recorrente **quanto ao Lote 02**, correspondente às avaliações psicológicas, reconhecendo que a empresa comprovou satisfatoriamente o atendimento aos critérios editalícios por intermédio da psicóloga indicada e credenciada na Polícia Federal.

Todavia, quanto aos Lotes 01 e 03, a Nota Técnica emitiu juízo desfavorável ao entendimento de atendimento integral das exigências. Em síntese, sustentou que o robusto Atestado de Capacidade Técnica expedido pela Guarda Municipal de Caçador utilizou a locução "quando aplicável" ao referir a matriz SENASP e a finalidade de porte funcional, reputando não comprovada a vinculação estrita a procedimento administrativo de porte perante a Polícia Federal. Apontou, ademais, aparente inconsistência na indicação de profissional Armeiro em razão do nome constante da síntese cadastral da equipe, bem como alegou ausência de suporte físico prévio detalhado para as raias do estande de tiro parceiro e ausência de inventário prévio quantitativo de armas e munições em estoque.

Cumulativamente, o expediente da SESEG noticiou que as licitantes INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA. e SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA. teriam incluído propostas comerciais em papel timbrado junto ao rol de documentos de habilitação no sistema,

PROCESSO Nº 19897
FLS. 05
RUBRICA:

sugerindo que tal proceder importaria quebra de sigilo por suposta exposição antecipada de valores econômicos.

Reaberta a sessão em 10 de setembro de 2026, o Senhor Pregoeiro encampou os apontamentos da Nota Técnica da SESEG e deliberou pela **inabilitação da ora Recorrente nos Lotes 01, 02 e 03**, conjugando os alegados déficits de habilitação técnica com a tese de violação do sigilo das propostas comerciais previsto no item 8.1.6 do Edital.

É relevante destacar, desde logo, que a própria manifestação técnica havia reconhecido o atendimento da Recorrente quanto ao Lote 02, razão pela qual a posterior inabilitação também nesse lote, sem que tenha sido explicitado no *chat* da sessão fundamento específico e individualizado para tanto, demanda esclarecimento e motivação expressa por parte da Administração. Não se mostra juridicamente suficiente que a Recorrente tenha de presumir a razão de sua exclusão, sobretudo quando a manifestação técnica que subsidiou o julgamento havia sido favorável quanto a esse lote.

Ocorre que tal desfecho resultou na exclusão das empresas concorrentes, alçando a empresa L&R STAFF LTDA. à condição de licitante habilitada e apta ao prosseguimento da disputa, a qual acabou por sagrar-se vencedora dos três lotes licitados, sendo declarada vencedora pelo valor total de R$ 2.969.193,00.

A presente insurgência, contudo, não se limita à decisão que inabilitou a Recorrente. Abrange, igualmente, a aceitação da proposta e a habilitação da empresa L&R STAFF LTDA., cuja documentação deve ser submetida à mesma análise objetiva e aos mesmos critérios utilizados para o exame da documentação da Recorrente, especialmente diante das inconsistências e assimetrias de tratamento que serão demonstradas ao longo destas razões.

Esse resultado espelha uma economia meramente simbólica para o Erário municipal, na ordem de apenas **0,09%** em relação ao teto orçado (correspondente a **R$ 2.551,50 de deságio global** em uma contratação de quase três milhões de reais), circunstância que, **somada aos demais elementos objetivos adiante demonstrados**, suscita relevante preocupação quanto à efetividade da competitividade do certame, à isonomia

PROCESSO Nº 19897
FLS. 06
RÚBRICA:

entre os licitantes, ao julgamento objetivo, à razoabilidade e à seleção da proposta mais vantajosa, impondo-se a revisão dos atos administrativos ora impugnados.

2. DA INEXISTÊNCIA DE QUEBRA SUBSTANCIAL DO SIGILO DA PROPOSTA, DA DESPROPORCIONALIDADE DA INABILITAÇÃO E DA EFETIVA FRUSTRAÇÃO DA COMPETITIVIDADE PELA EXCLUSÃO DAS CONCORRENTES

A r. decisão recorrida utilizou como um de seus fundamentos para a inabilitação da Recorrente a circunstância de ter sido inserida proposta comercial em papel timbrado juntamente com os documentos de habilitação, entendendo que tal conduta teria violado o item 8.1.6 do Edital e comprometido o sigilo das propostas.

A Recorrente não ignora a regra editalícia nem pretende sustentar que a proposta comercial devesse ser apresentada em momento diverso daquele estabelecido pelo instrumento convocatório.

O que se impugna é a conclusão de que a mera existência do documento no conjunto de arquivos de habilitação seria suficiente, por si só, para caracterizar efetiva quebra da competitividade e justificar a medida extrema de inabilitação da licitante.

A finalidade do sigilo das propostas é impedir que determinado participante obtenha vantagem indevida mediante o conhecimento antecipado do preço de seu concorrente, utilizando essa informação para orientar sua estratégia, formular seus lances, reduzir artificialmente sua proposta ou de qualquer outra forma interferir na igualdade da disputa.

Por essa razão, a existência de uma irregularidade formal na forma de apresentação do documento não pode ser automaticamente confundida com a demonstração de que houve efetiva violação da competição.

PROCESSO Nº 19897
FLS. 07
RUBRICA:

No presente caso, a decisão recorrida não demonstra que qualquer concorrente tenha efetivamente acessado o conteúdo econômico da proposta da SST antes do momento próprio, tampouco que tal circunstância tenha gerado prejuízo concreto à competitividade. A decisão se baseia apenas na existência do documento, sem comprovar sua efetiva repercussão na disputa. Pelo contrário, ao inabilitar a Recorrente e a licitante INNOVA PSY com base em um formalismo excessivo, a própria Administração frustrou o caráter competitivo do certame, eliminando a disputa e impedindo a busca pela proposta mais vantajosa para o erário, o que se traduz em um prejuízo concreto à finalidade pública da licitação.

2.1. Da necessidade de demonstração concreta do prejuízo à competitividade

Se a Administração entendeu que a disponibilização da proposta junto aos documentos de habilitação representava efetiva quebra do sigilo e comprometimento da competição, caberia demonstrar, de forma objetiva, qual foi a repercussão concreta desse fato sobre a disputa.

Não basta presumir que a simples existência do arquivo necessariamente produziu vantagem a algum participante.

Especialmente porque se está diante de um procedimento eletrônico, no qual existem registros de cadastro, movimentação, disponibilização e acesso aos documentos e às propostas.

Assim, antes da aplicação da consequência mais gravosa, a exclusão da licitante, seria indispensável verificar objetivamente se o documento foi efetivamente acessado por outros participantes e se seu conteúdo foi utilizado para obtenção de vantagem.

A Recorrente não sustenta que o sistema ou o Edital devam ser ignorados.

Sustenta que a interpretação da regra deve observar sua finalidade e a gravidade efetivamente demonstrada do fato, especialmente quando a consequência aplicada é capaz de alterar completamente o resultado do certame.

A Administração não pode transformar uma presunção de risco em uma certeza de prejuízo e, a partir dessa presunção, aplicar a sanção máxima de exclusão.

PROCESSO Nº 19887
FLS. 108
RUBRICA:

2.2. Da contradição entre a finalidade declarada de preservação da competitividade e a consequência efetivamente produzida

É neste ponto que a decisão recorrida apresenta sua maior inconsistência.

A justificativa para a inabilitação foi, em essência, a necessidade de preservar o sigilo das propostas e, por consequência, o caráter competitivo do certame.

Todavia, é necessário observar o que efetivamente ocorreu após a decisão.

A consequência da interpretação adotada pela Administração foi a inabilitação da SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA. e da INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA., retirando do certame as empresas que poderiam efetivamente disputar os preços com a L&R STAFF LTDA.

O resultado foi a permanência da **L&R STAFF LTDA. como única licitante habilitada e apta ao prosseguimento da disputa**, tendo a empresa posteriormente sido declarada vencedora dos três lotes.

Tem-se, portanto, uma circunstância que não pode ser ignorada:

Sob o argumento de proteger a competitividade, a Administração adotou uma medida que, concretamente, reduziu drasticamente a própria competitividade do certame.

Essa não é uma questão meramente retórica.

A competitividade não se protege apenas impedindo eventual conhecimento antecipado de preços.

Protege-se também preservando, sempre que juridicamente possível, a pluralidade de licitantes capazes de disputar a contratação.

Se não houve demonstração de que o preço da SST foi efetivamente acessado e utilizado por outro concorrente, a Administração deveria ter enfrentado a possibilidade de adoção de medida proporcional ao fato efetivamente constatado, em vez de aplicar diretamente a consequência máxima de eliminação da licitante.

A decisão precisa, portanto, responder a uma questão elementar:

PROCESSO Nº 19897
FLS. 009
RUBRICA:

Qual foi o prejuízo concreto à competição que justificou a retirada da Recorrente da disputa?

Não basta responder que houve apresentação indevida da proposta.

É preciso demonstrar porque esse fato tornou impossível ou juridicamente inadequada a permanência da empresa no certame, sobretudo quando sua exclusão, somada à da INNOVA PSY, produziu o efeito concreto de deixar apenas uma empresa habilitada.

2.3. Da isonomia e da impossibilidade de aplicação seletiva de critérios

Há, ainda, questão de maior gravidade: a necessidade de aplicação uniforme dos critérios utilizados pela Administração.

A Administração tem o dever de tratar os licitantes de forma isonômica e de aplicar critérios objetivos de julgamento.

Isso significa que, uma vez adotada determinada interpretação sobre o que constitui circunstância capaz de comprometer a competitividade, essa interpretação deve ser aplicada de maneira coerente e uniforme às situações equivalentes.

No presente caso, a Administração deverá esclarecer:

Qual foi exatamente o critério objetivo utilizado para concluir que a situação documental da SST comprometeu a competitividade e qual elemento concreto diferenciou sua situação das demais participantes do certame.

Essa explicação é indispensável.

Não se está afirmando que toda e qualquer situação envolvendo proposta comercial antecipadamente apresentada seja necessariamente idêntica.

O que se sustenta é que a Administração não pode utilizar um conceito abstrato de "quebra de competitividade" para eliminar determinadas concorrentes sem demonstrar objetivamente a ocorrência do prejuízo e sem explicar por que o mesmo raciocínio não produziria consequências em situações equivalentes.

O julgamento objetivo exige justamente isso: critério previamente definido, verificável e aplicado de maneira uniforme.

PROCESSO Nº 19847
FLS. 10
RUBRICA:

Não pode haver um padrão de rigor para a empresa que foi eliminada e outro padrão para a empresa que permaneceu habilitada e acabou vencedora.

2.4. Do histórico das propostas no Lote 01 e da necessidade de apuração objetiva

A necessidade de esclarecimento torna-se ainda mais evidente quando se observa o próprio histórico de propostas disponibilizado pelo sistema LICITANET.

No Lote 01, constam as seguintes propostas iniciais:

- L&R STAFF LTDA.: R$ 1.675.593,00;
- INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA.: R$ 1.676.030,00;
- SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA.: R$ 1.676.446,30.

A diferença entre a menor e a maior proposta inicial foi de apenas R$ 853,30.

Esse dado não é apresentado como prova de qualquer irregularidade praticada pela L&R.

Sua relevância é outra.

Ele demonstra que as três participantes chegaram à fase inicial do certame apresentando valores extremamente próximos, sendo que a L&R já figurava com a menor proposta inicial.

Portanto, se a Administração sustenta que a proposta da SST, por ter sido inserida junto aos documentos de habilitação, teria proporcionado à L&R alguma vantagem concorrencial, essa conclusão precisa ser demonstrada concretamente, porque o próprio histórico do sistema revela que a L&R já havia apresentado proposta inferior à da SST.

Não é suficiente presumir que a simples existência do documento tenha alterado a formação do preço.

É necessário demonstrar a relação causal entre a suposta quebra de sigilo e qualquer vantagem efetivamente obtida.

E essa demonstração não consta da decisão recorrida.

PROCESSO Nº 19847
FLS. 12
RÚBRICA:

2.5. Da garantia de proposta e da referência econômica previamente estabelecida pela própria Administração

Também não pode ser desconsiderada a sistemática adotada pela própria Administração para as garantias de proposta.

As participantes estavam submetidas ao parâmetro econômico estabelecido no Edital para constituição das respectivas garantias.

No caso da L&R STAFF LTDA., a apólice apresentada registra Limite Máximo de Indenização – LMI de R$ 29.717,45, correspondente a 1% do valor global estimado da contratação, de R$ 2.971.744,50.

A Recorrente não sustenta que a garantia de proposta se confunda com o preço efetivamente ofertado.

O ponto é que o próprio procedimento licitatório já estabelecia referência econômica objetiva para todas as participantes, utilizada inclusive para a constituição das garantias de proposta.

Esse fato reforça que não se pode presumir, sem demonstração concreta, que a simples inserção de uma proposta comercial entre os documentos de habilitação tenha produzido automaticamente uma vantagem competitiva.

2.6. Da efetiva frustração do caráter competitivo causada pela exclusão das concorrentes

A questão deve ser examinada também sob a ótica do resultado efetivamente produzido pela decisão.

A proteção do sigilo das propostas existe para **preservar a competição**.

Entretanto, no presente caso, a aplicação da regra resultou na eliminação de duas empresas que participavam do certame e que poderiam disputar os preços, deixando a L&R STAFF LTDA. como única empresa habilitada.

Foi essa decisão, e não a mera existência do documento apresentado pela SST, que efetivamente suprimiu a pluralidade competitiva existente no procedimento.

PROCESSO Nº 19847
FLS. 02
RUBRICA:

Não se pode ignorar essa consequência.

A Administração tinha diante de si um certame com pluralidade de participantes.

Após a aplicação da interpretação mais rigorosa da regra, passou a existir, na prática, uma única empresa habilitada para prosseguir na disputa.

E essa empresa acabou vencendo os três lotes.

A consequência econômica foi uma contratação global de **R$ 2.969.193,00**, diante de orçamento estimado de **R$ 2.971.744,50**, representando economia de apenas **R$ 2.551,50, equivalente a aproximadamente 0,09%.**

Novamente, não se afirma que esse resultado, isoladamente, prove qualquer irregularidade.

Mas é impossível ignorar que a eliminação das concorrentes retirou da Administração a possibilidade concreta de obter novos lances e melhores condições econômicas por meio da disputa entre múltiplos fornecedores.

Por isso, a decisão deve ser examinada à luz de sua consequência real.

Se o objetivo da regra era proteger a competitividade, a interpretação adotada não pode ser considerada satisfatória sem que a Administração explique por que a solução escolhida, a eliminação das concorrentes, era necessária e proporcional ao suposto risco identificado.

2.7. Da proporcionalidade da medida e do formalismo moderado

A Lei Federal nº 14.133/2021 impõe à Administração a observância, entre outros, dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa.

O artigo 12, inciso III, igualmente estabelece que o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não deve conduzir automaticamente ao afastamento da licitação.

PROCESSO Nº 19847
FLS 13
RUBRICA:

No presente caso, ainda que se entenda ter havido falha na forma de apresentação da proposta, é necessário distinguir a irregularidade formal da efetiva ocorrência de dano à competição.

A primeira não conduz automaticamente à segunda.

E, sobretudo, não conduz automaticamente à necessidade de eliminação da licitante.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça repele o excesso de rigor quando este acaba por afastar potenciais concorrentes sem justificativa material suficiente:

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. DOCUMENTO DECLARADO SEM AUTENTICAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO. PRECEDENTES. 1. Esta Corte Superior possui entendimento de que não pode a administração pública descumprir as normas legais, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 41 da Lei n. 8.666/1993. Todavia, o Poder Judiciário pode interpretar as cláusulas necessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar da concorrência possíveis proponentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp n. 1.620.661/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 3/8/2017, DJe de 9/8/2017.)

O entendimento é plenamente compatível com a necessidade de preservação da finalidade pública da licitação.

A Administração deve preservar o sigilo das propostas, mas deve fazê-lo de maneira proporcional e coerente com a finalidade da regra, sem transformar uma irregularidade documental não acompanhada de prejuízo concreto em mecanismo automático de eliminação de concorrentes.

PROCESSO Nº 19847
FLS. 19
RUBRICA:

2.8. Da necessidade de revisão do ato e de apuração objetiva dos registros do certame

Diante desse cenário, a questão que se coloca à Administração é objetiva:

Se a apresentação antecipada da proposta da Recorrente foi considerada suficiente para caracterizar comprometimento da competitividade, onde está demonstrado o efetivo prejuízo à competição?

E, ainda: por que a solução adotada para supostamente preservar a competitividade foi justamente a eliminação das empresas que poderiam disputar o preço com a L&R STAFF LTDA.?

E mais: qual foi o critério objetivo utilizado para assegurar que situações equivalentes fossem tratadas de maneira igualitária entre todas as participantes?

Requer que a Administração esclareça expressamente qual foi o fundamento jurídico e fático específico utilizado para considerar que a conduta da SST comprometeu efetivamente a competitividade, bem como qual elemento concreto justificou a adoção da inabilitação como consequência necessária.

A Recorrente não pretende tratamento privilegiado.

Pretende apenas a aplicação dos mesmos critérios objetivos que devem reger todos os participantes do certame.

O que se impugna, portanto, não é a existência da regra de sigilo, mas a sua utilização seletiva e desproporcional como fundamento para eliminar concorrentes sem demonstração concreta de prejuízo à disputa.

Se o objetivo era proteger a competitividade, **a Administração deveria preservar a competição, e não suprimi-la**.

Se o objetivo era impedir vantagem decorrente do conhecimento antecipado dos preços, deveria demonstrar a efetiva ocorrência dessa vantagem.

Se o critério é objetivo, deve ser aplicado de forma igualitária a todos os participantes.

PROCESSO Nº 19897
FLS. 15
RUBRICA:

E se não houve prejuízo concreto, a eliminação da Recorrente revela-se medida excessiva diante da finalidade pública do certame.

Por todo o exposto, requer-se o afastamento da alegação de quebra de sigilo como fundamento para a inabilitação da Recorrente, reconhecendo-se a ausência de demonstração de prejuízo concreto à competitividade e a desproporcionalidade da medida adotada, especialmente diante da consequência efetivamente produzida pela decisão, qual seja, a eliminação das concorrentes e a permanência da L&R STAFF LTDA. como única licitante habilitada ao prosseguimento do certame.

Requer-se, igualmente, o reconhecimento da insuficiência da documentação de habilitação apresentada pela L&R STAFF LTDA. e, consequentemente, sua inabilitação nos lotes em que não tenha comprovado integralmente os requisitos objetivos estabelecidos no item 12.4 do Edital, especialmente os previstos nos subitens 12.4.1.1 a 12.4.1.6. A Recorrente não pretende a criação de exigência nova para a vencedora, mas a aplicação do mesmo padrão objetivo de comprovação que lhe foi imposto, não sendo admissível que eventual ausência de comprovação substancial seja posteriormente suprida por documentação nova em favor da L&R, quando à Recorrente não foi oportunizado tratamento equivalente.

3. Demonstração Plena da Capacidade Técnico-Operacional e Força do Atestado de Caçador

No tocante à qualificação técnico-operacional para os Lotes 01 e 03, o despacho de inabilitação acolheu as conclusões da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG para assentar que a Recorrente não teria demonstrado a correspondência material e a vinculação estrita de suas experiências anteriores a procedimentos administrativos municipais voltados à concessão ou manutenção do porte funcional de arma de fogo perante a Polícia Federal, tampouco a aplicação expressa da Matriz Curricular Nacional da SENASP.

Tal entendimento desconsidera a documentação técnica encartada e impõe exigência probatória não agasalhada pelo instrumento convocatório, distorcendo o conteúdo

PROCESSO Nº 19892
FLS. 116
RUBRICA:

material do Atestado de Capacidade Técnica e Operacional regularmente emitido pela Prefeitura Municipal de Caçador e pelo Comando Geral da Guarda Municipal de Caçador.

O instrumento convocatório estabeleceu, em seus itens 12.4.1.1 e 12.4.1.2, que a licitante deveria comprovar aptidão operacional compatível mediante a apresentação de um ou mais atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público, demonstrando a execução satisfatória de capacitação em armamento e tiro destinada a Guardas Municipais, incluindo treinamento voltado à habilitação ou à manutenção do porte funcional, admitindo preferencialmente, mas sem caráter de exclusividade ou obrigatoriedade estrita, a existência de acordo de cooperação técnica com a Polícia Federal.

Em estrito atendimento a essas balizas editalícias, a Recorrente apresentou o Atestado de Capacidade Técnica e Operacional lavrado pelo Município de Caçador, subscrito pelo Comandante Geral da Guarda Municipal em 29 de agosto de 2026. Referido documento comprova de forma minudente que a SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA. executou serviços de capacitação, formação, treinamento e aperfeiçoamento profissional destinados ao efetivo da Guarda Municipal de Caçador, contemplando atividades de formação e capacitação armada institucional, abrangendo instruções teóricas e práticas, tiro defensivo e operacional, treinamento de segurança, emprego institucional de armamento, Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e formação de instrutores.

A higidez, autenticidade e veracidade material dessa prestação de serviços encontram-se robustamente corroboradas pelo Contrato Administrativo nº 69/2022, decorrente do Processo Licitatório nº 031/2022 e do Pregão Eletrônico nº 011/2022, firmado entre o Município de Caçador e a Recorrente pelo valor global de R$ 116.333,33, tendo por objeto expresso a formação de guardas municipais e de instrutores multiplicadores em armamento, tiro e intervenção tática. Foram igualmente acostadas aos autos as competentes Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços nº 0000000002, nº 0000000003 e nº 0000000006, atestando a liquidação da despesa pública e o integral adimplemento das prestações contratadas.

A própria Nota Técnica da SESEG, em sua página 956, reconhece expressamente que o atestado de Caçador é plenamente autêntico e demonstra a experiência efetiva da

PROCESSO Nº 19847
FLS. 0 17
RÚBRICA:

própria licitante, concluindo que o contrato administrativo e as notas fiscais corroboram a realidade material da prestação dos serviços. Não obstante esse reconhecimento, a unidade técnica construiu um juízo desfavorável sob o argumento de que o texto do atestado consignou a expressão "quando aplicável" ao referir a matriz SENASP e a finalidade de porte funcional, afirmando que não estaria individualizado quais módulos teriam integrado formalmente o procedimento perante a Polícia Federal.

Essa interpretação afigura-se desmedidamente restritiva e divorciada da dogmática licitatória. A utilização da cláusula "quando aplicável" em documento formal lavrado pela Administração Pública emitente reflete apenas a técnica redacional de um atestado amplo, que abrangeu múltiplos módulos formativos, tais como formação geral, direção defensiva, atendimento pré-hospitalar e instruções de tiro. No módulo de armamento e tiro, a capacitação esteve diretamente vinculada à atividade institucional armada da corporação municipal, sendo certo que o conjunto documental apresentado demonstra a pertinência e compatibilidade material da experiência com o objeto licitado.

O edital de licitação não exigiu a juntada de cópia integral do processo administrativo originário de outro Município, nem a apresentação de atos internos de concessão de porte funcional emitidos por superintendências da Polícia Federal. Exigiu a comprovação de experiência em serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, exata diretriz positivada no artigo 67, parágrafo 3º, e incisos correlatos, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, os atos e certidões emanados de autoridade pública ostentam presunção relativa de veracidade e legitimidade. O Atestado emitido pelo Comandante Geral constitui documento oficial apto a demonstrar a natureza e a extensão dos serviços efetivamente executados, devendo sua interpretação ocorrer em conjunto com os demais documentos comprobatórios apresentados pela Recorrente. Desconsiderar essa atestação pública sob o argumento semântico de uma ressalva textual representa interpretação excessivamente restritiva da prova documental apresentada.

PROCESSO Nº 19847
FLS. 18
RUBRICA:

Essa capacidade técnico-operacional é ainda reforçada pelo Atestado de Capacidade Técnica conferido pela Guarda Municipal de Serra Negra, Estado de São Paulo, datado de 27 de agosto de 2026, igualmente subscrito por autoridade de segurança pública municipal. Dito documento atesta que a Recorrente ministrou com pleno êxito o Estágio de Qualificação Profissional para 38 guardas civis municipais, contemplando armamento e tiro com pistola, armamento e tiro com espingarda calibre 12 e Atendimento Pré-Hospitalar (APH), em rigorosa consonância com as normas e diretrizes da Polícia Federal.

Portanto, a leitura conjunta dos atestados públicos apresentados comprova de forma consistente que a Recorrente detém experiência consolidada na formação armada e requalificação de guardas municipais, atendendo de forma suficiente e compatível aos pressupostos materiais de qualificação técnico-operacional estabelecidos no instrumento convocatório.

4. Mero Erro Material na Indicação do Armeiro e Dever de Diligência Saneadora

Outro pilar que fundamentou a inabilitação técnica da Recorrente no Lote 01 consistiu na apontada divergência quanto ao profissional indicado para a docência do módulo de Armeiro. Constou da declaração resumo da equipe técnica apresentada pela SST a indicação datilográfica do nome de Paulo Maurício Leite Pereira, ao passo que a integralidade dos documentos probatórios de qualificação, titulação e contratação acostados aos autos referem-se a Maurício Bolduan.

Com base nessa mera discrepância entre o nome digitado na relação inicial e os comprovantes documentais que a acompanhavam, o despacho administrativo concluiu sumariamente que a disponibilidade de profissional qualificado não restou demonstrada, rejeitando a habilitação técnica da empresa.

Essa conclusão desconsidera por completo que a documentação comprobatória da titulação e do vínculo contratual do profissional Maurício Bolduan já integrava tempestiva e originariamente o dossiê da Recorrente, protocolado antes da abertura da sessão pública. O equívoco havido circunscreveu-se a mero lapso de digitação na folha de rosto da declaração

PROCESSO Nº 19347
FLS. 019
RUBRICA:

técnico-profissional, onde se grafou um nome equivocado na síntese textual, conquanto os anexos probatórios fossem explícitos quanto à pessoa de Maurício Bolduan.

Com efeito, os documentos encartados no caderno processual demonstram que Maurício Bolduan possui qualificação técnica irrepreensível para a função de Armeiro, sendo titular de Certificado de Armeiro Avançado emitido por centro de instrução especializado, com carga horária de 120 horas-aula, abrangendo mecânica de armas de fogo, manutenção de terceiro escalão, desmontagem, conservação, acabamento e reparo de armamentos.

Além disso, **o profissional ostenta formação como Instrutor de Armamento e Tiro com 84 horas-aula, é graduado em Direito pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, pós-graduado em Segurança Pública e Sistema Penitenciário**, e celebrou com a Recorrente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados em 18 de fevereiro de 2026, com vigência estendida à execução dos serviços licitados.

Trata-se, portanto, de manifesto erro material que não altera a substância da documentação nem a condição objetiva de qualificação ostentada pelo profissional vinculado à licitante. Em situações dessa natureza, a ordem jurídica impõe à Administração o poder-dever de sanar a falha de ofício ou instaurar diligência para saneamento, sendo ilegítima a exclusão da competidora.

Não se pretende, portanto, a substituição posterior do profissional indicado, tampouco a apresentação extemporânea de nova condição de habilitação, mas tão somente que a Administração confronte a declaração-síntese com os documentos comprobatórios que já integravam o conjunto documental tempestivamente apresentado, sanando erro material que não altera a substância da habilitação.

Essa prerrogativa e dever de saneamento encontra-se expressamente albergada no artigo 64, caput, inciso I e parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no subitem 12.18 do próprio Edital do Pregão nº 042/2026, os quais preceituam que o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes plena eficácia para fins de habilitação.

PROCESSO Nº 19347
FLS 20
RUBRICA:

Ao invés de proceder à exclusão sumária, competia ao nobre Pregoeiro confrontar a declaração com os documentos anexos e promover singela diligência saneadora para confirmar o aproveitamento do profissional Maurício Bolduan, cujos certificados e contrato já repousavam nos autos e em pasta específica denominada "CURSO DE ARMEIRO e legislação e uso progressivo da força". A diligência prevista em lei visa justamente esclarecer situações preexistentes, não se confundindo com a vedada juntada tardia de documentos novos.

Sobre a obrigatoriedade da atuação diligente da Administração e a ilegitimidade da inabilitação automática de concorrentes sem prévio saneamento de dúvidas formais, o Egrégio Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado:

Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues: a vedação à inclusão de novo documento prevista no artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 não alcança documento ausente que comprove condição atendida pelo licitante quando da apresentação da proposta, mas que não foi juntado por equívoco ou falha, devendo ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Augusto Sherman: a vedação à inclusão de novo documento não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.

No mesmo sentido, o **Acórdão 1625/2026 – Plenário, Relator Ministro Bruno Dantas**, reafirma a relevância da diligência e do saneamento de inconsistências documentais antes da adoção de medida extrema de inabilitação.

O entendimento sufragado pela Corte de Contas evidencia que a inabilitação automática, sem oportunizar o esclarecimento de inconsistências meramente documentais sanáveis pelos próprios elementos dos autos, consubstancia vício de legalidade e vulnera o interesse público.

A exclusão da Recorrente por apego a um erro de digitação nominal, quando a pessoa física capacitada estava perfeitamente identificada, qualificada e contratualmente vinculada no mesmo arquivo de habilitação, constitui formalismo excessivo e desproporcional.

PROCESSO Nº 19847
FLS. 27
RUBRICA:

Requer-se, desse modo, o reconhecimento do erro material e a validação da qualificação de Maurício Bolduan para o encargo de Armeiro.

5. Dos Limites da Habilitação Técnica e da Impossibilidade de Transformar a Justificativa da Inversão de Fases em Requisito Autônomo

A decisão recorrida, ao acolher a Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, acabou por atribuir relevância decisória a elementos relacionados à disponibilidade imediata de armamento e munição, à configuração física do estande e à demonstração prévia de determinadas condições materiais. Ocorre que é necessário distinguir, com rigor, aquilo que constitui requisito de habilitação expressamente estabelecido no item 12.4 do Edital daquilo que integra as condições de execução e mobilização do futuro contrato.

O subitem 8.1.2 do instrumento convocatório disciplina a adoção excepcional da inversão de fases e apresenta as razões administrativas que justificaram a opção procedimental, mencionando, entre outros aspectos, a necessidade de prévia verificação de credenciais, profissionais, estrutura, armamento e munição. Essa disposição, contudo, não se confunde com o rol objetivo de documentos exigidos para a habilitação técnica, que se encontra disciplinado no item 12.4.1 e seus subitens.

Com efeito, o item 12.4.1.1 exige experiência anterior em capacitação armada institucional para Guarda Civil, com referência à Matriz Curricular da SENASP, treinamento operacional e atividades correlatas; o item 12.4.1.2 exige atestado de pessoa jurídica de direito público demonstrando a execução satisfatória de capacitação em armamento e tiro destinada a Guardas Municipais, inclusive treinamento para habilitação ou manutenção do porte funcional; os itens 12.4.1.3, 12.4.1.4 e 12.4.1.5 disciplinam, respectivamente, a qualificação dos profissionais responsáveis pelas avaliações psicológicas, das atividades práticas e do módulo teórico de legislação e uso progressivo da força; e o item 12.4.1.6 trata dos registros, autorizações, certificados ou documentos equivalentes exigidos pelos órgãos competentes.

Não há, nesse rol, exigência autônoma e expressa de apresentação, como condição documental de habilitação, de inventário quantitativo de armas e munições em estoque, de

PROCESSO Nº 19897
FLS. 22
RUBRICA:

demonstração de determinada quantidade mínima de armas pertencentes à própria licitante, de laudo estrutural específico do estande parceiro ou de comprovação de concentração física prévia de todos os insumos necessários à execução anual do objeto. Tampouco se pode extrair do subitem 8.1.2, por via interpretativa, um novo requisito documental que não foi objetivamente estabelecido no capítulo próprio da habilitação.

A distinção é juridicamente relevante. A Lei Federal nº 14.133/2021 determina, em seu artigo 65, que as condições de habilitação são definidas no edital, ao passo que o artigo 5º impõe, entre outros, os princípios da legalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade e proporcionalidade. A Administração pode verificar a aptidão concreta do futuro contratado e pode realizar diligências para esclarecer dúvidas; o que não se mostra legítimo é transformar uma justificativa procedimental ou uma condição operacional futura em requisito autônomo de habilitação, especialmente quando esse mesmo padrão probatório não é aplicado de maneira uniforme aos demais concorrentes.

Por isso, a Recorrente não pretende que lhe seja dispensado qualquer requisito efetivamente previsto no edital. Pretende, unicamente, que o julgamento observe os limites objetivos do item 12.4 e que os mesmos critérios probatórios sejam aplicados indistintamente a todas as licitantes.

Essa premissa é especialmente importante no presente caso, pois a documentação da empresa L&R STAFF LTDA., declarada vencedora dos três lotes, permite identificar situações em que a Administração considerou suficientes declarações de disponibilidade e documentos de compromisso, enquanto, em relação à SST, exigiu elementos probatórios mais extensos para questões materialmente semelhantes.

Não se pode, portanto, admitir que uma deficiência substancial de comprovação seja considerada impeditiva para uma licitante e, para outra, seja posteriormente suprida por complementação documental. Se a documentação apresentada na fase própria não comprova requisito objetivo de habilitação, a consequência deve ser aplicada de forma uniforme: a inabilitação.

PROCESSO Nº 19857
FLS. 23
RUBRICA:

SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA
CNPJ: 43.281.752/0001-80
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1045, Letra D, Sala Térrea
Bairro Maria Goretti - Chapecó/SC - CEP 89801-061
Telefone: (49) 98821-9839 / (49) 98408-7633
E-mail: gerson@treinavil.com.br | ssttreinamentos24@gmail.com

6. Da Insuficiência da Documentação da L&R STAFF LTDA. e da Necessidade de Inabilitação por Não Atendimento aos Requisitos de Qualificação Técnica

A análise da documentação da empresa L&R STAFF LTDA. não se presta a buscar uma inabilitação por critérios estranhos ao edital, mas sim a demonstrar que, quando submetida ao mesmo rigor e interpretação aplicados à Recorrente, sua qualificação técnica revela falhas substanciais que deveriam ter resultado em sua inabilitação, e não na sua aceitação como única licitante habilitada. A aplicação uniforme dos critérios objetivos do item 12.4 do Edital é imperativa para garantir a isonomia e a legalidade do certame.

Em primeiro lugar, quanto aos Instrutores de Armamento e Tiro (IATs), a documentação da L&R apresenta credenciamento da Polícia Federal para José Armando Gomes Gonçalves e Magnum Silva de Souza, acompanhados de contratos de prestação de serviços. Contudo, o item 12.4.1.4 do Edital exige, cumulativamente, credenciamento válido **e experiência compatível com treinamento operacional armado institucional.** Os contratos apresentados pela L&R limitam-se a declarações genéricas de que os profissionais possuem formação, experiência e habilitações necessárias, sem apresentar comprovação documental autônoma e inequívoca da experiência individual exigida. A ausência de documentos que demonstrem especificamente essa experiência institucional, como atestados de capacidade técnica em nome dos próprios profissionais ou registros de atuação em treinamentos anteriores, torna a comprovação insuficiente. Se a Administração exigiu da SST a demonstração documental da correspondência de sua experiência com o objeto e dos requisitos individuais dos profissionais indicados, o mesmo padrão deve ser aplicado à L&R. Não comprovada a experiência individual compatível exigida pelo item 12.4.1.4, não se encontra preenchido requisito objetivo de habilitação, impondo-se a inabilitação da L&R nos lotes correspondentes.

Em segundo lugar, a documentação relativa ao profissional Leonardo Gonçalves Elasco/Velasco, indicado para as atividades de Atendimento Pré-Hospitalar (APH), também não demonstra, de forma individualizada, o atendimento integral ao requisito editalício. Embora

PROCESSO Nº 19817
FLS. 24
RUBRICA:

SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA
CNPJ: 43.281.752/0001-80
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1045, Letra D, Sala Térrea
Bairro Maria Goretti - Chapecó/SC - CEP 89801-061
Telefone: (49) 98821-9839 / (49) 98408-7633
E-mail: gerson@treinavil.com.br | ssttreinamentos24@gmail.com

haja certificação HSI Level 4 Instructor, que atesta formação na área de primeiros socorros, o Termo de Referência exige, além da qualificação/certificação, **experiência comprovada do profissional na instrução de forças de segurança**.

O atestado de experiência da própria L&R, embora mencione a execução de atividades de APH junto à Guarda Civil Municipal de Araruama, não individualiza Leonardo Gonçalves Elasco/Velasco como o profissional responsável pela instrução. A experiência da pessoa jurídica não se confunde automaticamente com a experiência individual do profissional quando o instrumento convocatório exige expressamente a qualificação e experiência do responsável pela disciplina.

Dessa forma, a documentação apresentada não permite reconhecer, de plano, o cumprimento integral do requisito previsto no instrumento convocatório. Diante disso, por não ter sido comprovada a experiência individual exigida pelo edital, a consequência jurídica é a inabilitação da L&R nos lotes cuja execução dependa desse profissional e desse requisito.

Em terceiro lugar, a comprovação do profissional responsável pelo módulo teórico de legislação e uso progressivo da força (item 12.4.1.5) também se mostra insuficiente. O edital exige, alternativamente, graduação em Direito e especialização nas áreas expressamente indicadas ou comprovação de experiência na docência dessas disciplinas.

Na documentação da L&R, não foi possível identificar de forma inequívoca, a partir dos documentos apresentados, qual profissional foi efetivamente vinculado à função e qual dos dois caminhos de qualificação previstos no item 12.4.1.5 foi utilizado para demonstrar o atendimento da exigência. Não se identifica, de forma clara, documentação que permita concluir que o profissional indicado satisfaz integralmente uma das alternativas estabelecidas no edital.

Trata-se, portanto, de requisito objetivo de habilitação que deve ser comprovado pela licitante. Porém não restou comprovado o atendimento integral do requisito previsto no item 12.4.1.5, diante disso, a L&R deve ser inabilitada nos lotes em que tal requisito seja exigido.

PROCESSO Nº 19847
FLS. 25
RUBRICA:

Em quarto lugar, ainda que se entenda que os elementos relativos à disponibilidade de armamento e munição possam ser considerados na verificação da aptidão para execução do objeto, o mesmo padrão probatório utilizado para examinar a Recorrente deverá ser aplicado à L&R STAFF LTDA. Nesse cenário, a documentação apresentada pela vencedora também revela inconsistências que não podem ser desconsideradas.

O compromisso de disponibilização de armas firmado pelo sócio Jorge Ray da Silva Gomes relaciona 31 registros pessoais, incluindo uma arma cuja validade indicada no próprio documento é 11/06/2023, portanto anterior à data do certame. Embora o instrumento contenha ressalva condicionando a disponibilização à regularidade individual de cada registro, a própria documentação apresentada pela licitante não permite reconhecer, de forma inequívoca, que todo o acervo relacionado se encontrava regularmente disponível para a execução do objeto na data da habilitação.

Da mesma forma, a documentação apresentada pela L&R reproduz tela de controle de estoque do SISGCORP com saldo global de 32.255 munições, porém sem indicação da data da consulta. Além disso, o saldo global apresentado, por si só, não permite aferir quais calibres compõem efetivamente o estoque nem se havia, na data da habilitação, quantidade suficiente dos calibres correspondentes às necessidades específicas do objeto.

Assim, se a Administração entendeu que a SST não comprovou suficientemente a disponibilidade quantitativa e contemporânea dos meios necessários à execução do objeto, não poderia considerar suficiente, para a L&R, documentação que igualmente não individualiza, de forma contemporânea e inequívoca, a regularidade e a disponibilidade do armamento e da munição.

Não se trata, portanto, de pretender nova diligência em favor da Recorrente ou da vencedora. Trata-se de reconhecer que, adotado determinado padrão probatório para aferição da habilitação, esse padrão deve ser aplicado indistintamente a todas as licitantes. Se a documentação apresentada não comprova o requisito objetivo exigido, a consequência não pode ser a complementação posterior da habilitação, mas a inabilitação da licitante.

PROCESSO Nº 19847
FLS. 26
RUBRICA:

Por fim, a relação entre a L&R e o Clube de Tiro Cardosense, embora formalizada por comodato, levanta questões sobre a efetiva disponibilidade e regularidade da estrutura. O fato de Jorge Ray da Silva Gomes ser sócio da L&R e, simultaneamente, Presidente do Clube de Tiro Cardosense, embora não seja, por si só, irregularidade, exige uma verificação rigorosa da representação estatutária da entidade e da regularidade do negócio jurídico celebrado, para garantir que a disponibilização da estrutura seja legítima e não configure conflito de interesses ou simulação. A Nota Técnica considerou este elemento suficiente, mas, sob o mesmo rigor aplicado à SST, que teve seus termos de cessão de uso e compromissos de fornecimento questionados por falta de "perícia estrutural antecipada e prova documental exaustiva de estoque presente", a documentação da L&R deveria ter sido objeto de escrutínio similar e, provavelmente, considerada insuficiente.

O ponto central é que a Lei nº 14.133/2021 não admite tratamento seletivo dos requisitos de habilitação. Os princípios da igualdade, impessoalidade, julgamento objetivo e vinculação ao edital impõem que situações materialmente equivalentes sejam examinadas segundo critérios uniformes. A L&R STAFF LTDA. não apresentou comprovação documental autônoma e inequívoca da experiência individual de seus IATs e do profissional de APH, nem demonstrou a regularidade e disponibilidade de seu acervo de armamento e munição com a contemporaneidade e especificidade exigidas, e sua relação com o Clube de Tiro Cardosense demanda maior transparência.

Diante da insuficiência da documentação apresentada pela L&R STAFF LTDA. para atender aos requisitos de qualificaçãc técnica previstos nos itens 12.4.1.1 a 12.4.1.6 do Edital, e aplicando-se o mesmo rigor interpretativo e formalista dispensado à Recorrente, impõe-se a inabilitação da L&R STAFF LTDA. por não atendimento às exigências do instrumento convocatório. A manutenção de sua habilitação, em contraste com a inabilitação da SST e da INNOVA PSY, configura tratamento desigual e frustra o caráter competitivo do certame, violando os princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa.

PROCESSO Nº 19382
FLS. 27
RUBRICA:

SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA
CNPJ: 43.281.752/0001-80
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1045, Letra D, Sala Térrea
Bairro Maria Goretti - Chapecó/SC - CEP 89801-061
Telefone: (49) 98821-9839 / (49) 98408-7633
E-mail: gerson@treinavil.com.br | ssttreinamentos24@gmail.com

7. Da Isonomia, do Julgamento Objetivo e da Aplicação Uniforme dos Critérios

A questão central deste recurso não é pretender que a Administração dispense à Recorrente qualquer requisito efetivamente previsto no edital. O que se exige é exatamente o contrário: que o item 12.4 e seus subitens sejam aplicados de forma objetiva, uniforme e indistinta a todas as licitantes. A Lei nº 14.133/2021 estabelece como princípios a igualdade, a impessoalidade, a vinculação ao edital, o julgamento objetivo, a razoabilidade, a competitividade e a proporcionalidade, além de determinar que o processo licitatório assegure tratamento isonômico e justa competição.

O artigo 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 é igualmente expressivo ao estabelecer que o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão da proposta não importa, por si só, seu afastamento da licitação. Já o artigo 9º veda aos agentes públicos responsáveis pela contratação admitir, prever, incluir ou tolerar situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório.

Nesse contexto, causa especial preocupação o contraste entre o rigor empregado no exame da documentação da SST e o tratamento conferido à documentação da L&R STAFF LTDA. Não se trata de exigir que a vencedora seja inabilitada por circunstâncias que o edital não estabeleceu como requisitos autônomos. Trata-se de exigir que a Administração esclareça quais foram os critérios objetivos utilizados e demonstre que esses critérios foram aplicados de maneira uniforme.

A diferença é particularmente relevante porque a L&R foi considerada apta a disputar os três lotes depois da exclusão das demais concorrentes, enquanto a SST e a INNOVA PSY foram retiradas da competição antes da fase efetiva de disputa. A consequência concreta foi a redução substancial da concorrência e a formação de um cenário no qual a L&R se tornou a única vencedora dos três lotes, pelo valor global de R$ 2.969.193,00, frente ao orçamento de R$ 2.971.744,50, com economia de apenas R$ 2.551,50, equivalente a 0,09%.

Esse resultado econômico, isoladamente, não prova qualquer irregularidade. Entretanto, quando analisado conjuntamente com a diferença de tratamento probatório

PROCESSO Nº 19847
FLS. 028
RUBRICA:

apontada neste recurso, com a utilização de exigências que não constam autonomamente do rol do item 12.4, com a prévia relação contratual da vencedora com o próprio Município e com a sua posterior habilitação integral, constitui elemento objetivo que reforça a necessidade de reexame rigoroso da legalidade e da impessoalidade do procedimento.

A Administração não pode adotar um padrão probatório para excluir uma concorrente e outro, mais flexível, para admitir a vencedora, sem apresentar motivação técnica e jurídica capaz de justificar a distinção. Se uma declaração de disponibilidade, um compromisso contratual ou um documento de experiência são considerados suficientes em determinado caso, deve-se explicar por que documentos materialmente equivalentes apresentados por outra licitante não receberam o mesmo tratamento.

É justamente por isso que a Recorrente não requer mero reexame abstrato da habilitação da L&R STAFF LTDA., mas o reconhecimento das falhas objetivas de comprovação já identificadas em sua documentação e a consequente aplicação da mesma consequência jurídica que foi aplicada à Recorrente: a inabilitação.

A Administração não pode adotar, para uma licitante, a premissa de que a ausência de comprovação suficiente de determinado requisito impede a habilitação e, para outra, admitir que a mesma deficiência seja posteriormente suprida ou esclarecida mediante complementação documental. Isso não representa aplicação uniforme da diligência; representa aplicação assimétrica dos critérios de habilitação.

No presente caso, a SST foi submetida a um padrão probatório rigoroso e foi inabilitada sem que lhe fosse oportunizado suprir documentalmente aquilo que a Administração entendeu não estar suficientemente comprovado. Não pode, portanto, a L&R, em situação materialmente equivalente ou ainda mais grave, receber tratamento mais favorável mediante complementação posterior de documentos destinados a demonstrar requisito objetivo de habilitação.

A isonomia exige que a Administração escolha um critério e o aplique de forma uniforme: se a documentação apresentada na fase própria não comprova o requisito editalício, a consequência é a inabilitação. O que não se admite é que a diligência seja utilizada

PROCESSO Nº 19887
FLS. 029
RUBRICA:

seletivamente para preservar a habilitação de uma licitante, depois de ter sido recusada solução equivalente à outra concorrente.

8. Dos Indícios Objetivos de Direcionamento e da Necessidade de Controle Externo

A Recorrente entende necessário registrar, de forma expressa, que o conjunto dos fatos documentados no processo ultrapassa o campo de uma simples divergência interpretativa acerca de documentos de habilitação. Há circunstâncias objetivas que, consideradas em conjunto, constituem sério indício de comprometimento da isonomia e de possível direcionamento do resultado do certame, circunstância que deve ser apurada pelos mecanismos de controle competentes.

Não se afirma, neste recurso, como fato consumado, que tenha havido fraude ou direcionamento. Seria tecnicamente inadequado antecipar conclusão que compete aos órgãos de controle. O que se afirma é que existem elementos concretos suficientes para afastar qualquer tratamento meramente retórico do ocorrido e para exigir apuração efetiva, especialmente porque fatos isoladamente explicáveis podem adquirir significado jurídico relevante quando examinados em seu conjunto.

O primeiro elemento é a adoção da inversão de fases com justificativa vinculada à necessidade de exame prévio de credenciais, profissionais, estrutura, armamento e munição, seguida de análise técnica pela própria unidade requisitante e da exclusão das empresas concorrentes antes da abertura da disputa de preços. O segundo é que as razões utilizadas contra a SST envolveram, em parte, exigências probatórias que não aparecem como requisitos autônomos no rol do item 12.4. O terceiro é a aceitação, para a L&R, de documentos que, em pontos equivalentes, apresentam limitações que não foram submetidas ao mesmo nível de rigor.

O quarto elemento é a existência de vínculo empresarial e histórico entre a vencedora e o próprio Município de Araruama, consubstanciado na prestação anterior de serviços à Guarda Civil Municipal e na emissão, em 20 de agosto de 2026, de atestado de

PROCESSO Nº 19847
FLS. 230
RUBRICA:

capacidade técnica pelo próprio Município, poucos dias antes da sessão pública. A emissão desse atestado e a experiência anterior da L&R não constituem, por si sós, qualquer irregularidade. O que justifica a apuração é a conjugação dessa circunstância com a forma como a documentação da empresa foi posteriormente valorada no certame.

O quinto elemento é o resultado objetivo do procedimento: após a inabilitação da SST e da INNOVA PSY, a L&R permaneceu como vencedora dos três lotes, com valor global praticamente coincidente com o orçamento estimado, produzindo economia de apenas 0,09%. Novamente, esse percentual não demonstra, isoladamente, direcionamento. Porém, associado aos demais fatos, reforça a necessidade de verificar se a competição foi efetivamente preservada ou se decisões tomadas na fase de habilitação produziram, na prática, a eliminação da disputa.

Por isso, a Recorrente considera que a hipótese não deve ser tratada apenas como controvérsia entre licitante e Administração. A preservação da integridade do procedimento interessa ao próprio Município, aos demais participantes, aos órgãos de controle e à sociedade. Se os atos foram regulares, a documentação e os registros do processo permitirão demonstrá-lo objetivamente. Se houve aplicação assimétrica de critérios ou qualquer interferência indevida na competição, os mesmos elementos deverão permitir sua identificação e responsabilização.

A Recorrente, portanto, requer a preservação integral dos autos físicos e eletrônicos, inclusive logs, registros de acesso, metadados, documentos de habilitação, manifestações técnicas, comunicações internas e externas relacionadas ao julgamento, bem como a disponibilização dos elementos indispensáveis ao exercício do contraditório, nos termos do artigo 165, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

Caso a decisão de inabilitação seja mantida sem o efetivo enfrentamento das questões aqui suscitadas, a Recorrente promoverá representação formal perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ e perante o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, para que sejam apurados, entre outros pontos, a eventual restrição indevida à competitividade, a possível aplicação assimétrica dos critérios de habilitação, a

PROCESSO Nº 19887
FLS. 232
RUBRICA:

regularidade da análise técnica, a suficiência da documentação da vencedora e a eventual existência de indícios de direcionamento da contratação.

A adoção dessas providências não constitui ameaça ou condicionamento do exercício da autotutela administrativa. Trata-se do exercício regular do direito de provocar o controle externo diante de circunstâncias objetivas que, no entendimento da Recorrente, reclamam apuração. A Administração terá, portanto, plena oportunidade de esclarecer os fatos no próprio processo e afastar, mediante fundamentação objetiva e documentação verificável, qualquer suspeita de tratamento desigual ou comprometimento da competição.

9. Dos Pedidos e Requerimentos Finais

Diante de todo o exposto, considerando os fundamentos fáticos e jurídicos desenvolvidos ao longo das presentes razões, a SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA. requer a este d. Pregoeiro e, subsidiariamente, à Autoridade Superior competente:

a) o recebimento e regular processamento do presente Recurso Administrativo, com a atribuição do efeito suspensivo previsto no artigo 168 da Lei nº 14.133/2021, abstendo-se a Administração de praticar atos de homologação, adjudicação ou formalização decorrentes do certame enquanto não houver julgamento definitivo do recurso;

b) em sede de retratação, a reconsideração integral da decisão recorrida, para reconhecer a habilitação da SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA. nos Lotes 01, 02 e 03 e determinar o regular prosseguimento do certame, com abertura e julgamento de sua proposta e continuidade da fase competitiva;

c) caso não haja reconsideração, o encaminhamento dos autos à Autoridade Superior, para julgamento motivado do recurso e reforma do ato de inabilitação da Recorrente;

d) o afastamento do fundamento relativo à suposta quebra de sigilo da proposta comercial, reconhecendo-se que, nas circunstâncias concretas do caso, não foi demonstrado acesso efetivo ao conteúdo econômico da proposta por outro concorrente, utilização dessa informação para obtenção de vantagem, fraude ou conluio, não sendo proporcional a aplicação

PROCESSO Nº 19847
FLS. 232
RUBRICA:

da consequência mais gravosa de inabilitação, sem adequada demonstração da repercussão concreta do fato sobre a competição;

e) o reconhecimento do erro material na indicação do profissional Armeiro e a realização de diligência saneadora, se necessária, para confirmação de que os documentos já apresentados tempestivamente pela Recorrente identificam, qualificam e vinculam o profissional Maurício Bolduan, nos termos do artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 e do item 12.18 do Edital;

f) subsidiariamente, caso subsista qualquer dúvida acerca da documentação técnica da Recorrente, a realização de diligências destinadas exclusivamente à confirmação de fatos preexistentes e ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, vedada a criação de requisitos não previstos no item 12.4 do Edital;

g) o reconhecimento da insuficiência da documentação de habilitação apresentada pela L&R STAFF LTDA., declarada vencedora dos três lotes, especialmente quanto aos requisitos previstos nos itens 12.4.1.1 a 12.4.1.6 do Edital, e, diante da ausência de comprovação integral e inequívoca das exigências editalícias, a consequente inabilitação da empresa nos respectivos lotes, vedada a utilização de diligência para suprir ausência de comprovação substancial ou para permitir a apresentação posterior de documentos destinados a constituir condição de habilitação não demonstrada na fase própria;

h) a preservação integral dos autos físicos e eletrônicos e dos registros relacionados ao certame, inclusive logs, metadados, manifestações técnicas, documentos, registros de comunicação e demais elementos necessários à reconstrução dos atos praticados e à eventual atuação dos órgãos de controle;

i) caso sejam constatados vícios insanáveis, aplicação assimétrica dos critérios de habilitação, comprometimento da isonomia ou qualquer outra ilegalidade capaz de contaminar atos subsequentes, a adoção das providências previstas no artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, inclusive o retorno dos autos para saneamento ou, se presente ilegalidade insanável, a anulação dos atos viciados ou do procedimento, com a apuração das responsabilidades cabíveis;

PROCESSO Nº 19847
FLS 033
RÚBRICA:

SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA
CNPJ: 43.281.752/0001-80
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1045, Letra D, Sala Térrea
Bairro Maria Goretti - Chapecó/SC - CEP 89801-061
Telefone: (49) 98821-9839 / (49) 98408-7633
E-mail: gerson@treinavil.com.br | ssttreinamentos24@gmail.com

A Recorrente ressalva, por fim, que, caso as irregularidades apontadas não sejam devidamente esclarecidas ou corrigidas na esfera administrativa, poderá levar os fatos e os respectivos elementos documentais ao conhecimento dos órgãos de controle e das instituições competentes, especialmente o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, para que sejam apurados, nos limites de suas atribuições, os fatos relacionados à regularidade do procedimento, à observância da isonomia, à aplicação uniforme dos critérios de habilitação e aos indícios objetivos de possível direcionamento do resultado da contratação, sem prejuízo de outras medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Chapecó/SC, 15 de setembro de 2026.

SST E GESTAO DE PESSOAS LTDA:43281752000180
Assinado de forma digital por SST E GESTAO DE PESSOAS LTDA:43281752000180
Dados: 2026.09.15 12:53:21 -03'00'

SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA.
CNPJ nº 43.281.752/0001-80
Representante Legal

LARISSA RIBEIRO DE REZENDE TRAMONTINI:[redacted]
Assinado de forma digital por LARISSA RIBEIRO DE REZENDE TRAMONTINI:[redacted]
Dados: 2026.09.15 12:53:31 -03'00'

DRA. LARISSA RIBEIRO DE REZENDE TRAMONTINI
Advogada OAB/TO [redacted]
Especialista em Licitações e Contratos

PROCESSO Nº 19847
FLS. 34
RUBRICA:

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Divisão de Protocolo

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Nº do Processo: 19847

Número de Folhas 35

A/AO Comlic

Encaminhamos para apreciação e/ou providências.

Araruama 16 / 09 / 2026.

Lucas Rocha
Assinatura do Funcionário

À SESEG,

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO – ANÁLISE TÉCNICA COMPLEMENTAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 042/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.356/2025

Considerando o recurso administrativo interposto pela empresa **SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA**, no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026, bem como as contrarrazões apresentadas pela empresa **L&R STAFF LTDA**, encaminham-se os autos a essa Secretaria para análise e manifestação técnica complementar acerca das alegações de natureza eminentemente técnica deduzidas em sede recursal, especialmente aquelas que se contrapõem às constatações e conclusões consignadas na Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG.

A manifestação deverá examinar, de forma individualizada, objetiva e fundamentada, os argumentos técnicos apresentados pela recorrente, confrontando-os com as exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, com a documentação originalmente apresentada pelas licitantes e com os fundamentos adotados na análise técnica anteriormente produzida.

Deverão ser apreciadas, especialmente, as alegações recursais destinadas a afastar as insuficiências técnicas apontadas em relação aos Lotes 01 e 03, inclusive quanto à experiência técnico-operacional apresentada, aos profissionais indicados, à disponibilidade e regularidade das estruturas destinadas à execução dos serviços, às condições técnico-físicas e de segurança dos estandes, à disponibilidade e suficiência de armamentos e munições e aos demais aspectos técnicos questionados no recurso.

Considerando que a recorrente também formula questionamentos quanto à qualificação técnica reconhecida à empresa **L&R STAFF LTDA**, solicita-se que a SESEG examine especificamente tais alegações, confrontando-as com a documentação apresentada pela referida licitante e esclarecendo, de maneira fundamentada, se os critérios técnicos utilizados na análise das participantes foram aplicados de forma uniforme e coerente, especialmente nos pontos em que a recorrente sustenta tratamento técnico distinto para situações que reputa equivalentes.

Caso, no exame das alegações recursais, essa Secretaria identifique que determinada insuficiência anteriormente apontada decorre de mera deficiência documental ou de necessidade de esclarecimento acerca de condição técnica preexistente, e não da ausência material da própria condição exigida, deverá

indicar expressamente essa circunstância. Caso entenda necessária a realização de diligência para adequada conclusão da análise técnica, deverá requerê-la de forma fundamentada, delimitando objetivamente os fatos, informações ou elementos técnicos que necessitem de esclarecimento ou complementação e indicando, sempre que possível, sua relação com a documentação originalmente apresentada.

Antes de requerer a diligência, deverá a unidade técnica avaliar sua efetiva utilidade para o resultado da análise, indicando expressamente se o eventual esclarecimento ou comprovação do ponto objeto da diligência possui aptidão para modificar, total ou parcialmente, a conclusão técnica anteriormente alcançada em relação ao respectivo lote. Caso subsistam outras insuficiências autônomas que, independentemente do resultado da diligência cogitada, sejam suficientes para a manutenção da conclusão técnica desfavorável, essa circunstância deverá igualmente ser consignada, com a correspondente fundamentação.

Caberá ao Pregoeiro apreciar a admissibilidade e a pertinência da diligência à luz do Edital e da legislação aplicável e, caso acolhida, determinar sua realização e promover a correspondente convocação da licitante pelo meio processualmente adequado.

Da mesma forma, caso sejam mantidas as conclusões anteriormente adotadas, solicita-se que sejam identificados, sempre que possível, o requisito técnico correspondente, a documentação efetivamente examinada e as razões pelas quais os argumentos apresentados em sede recursal não são suficientes para modificar a conclusão técnica anteriormente alcançada.

Quanto às alegações recursais relativas à apresentação antecipada da proposta comercial pela **SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA**, considerando que a manifestação anteriormente emitida por essa Secretaria registrou expressamente a ocorrência e consignou a quebra do sigilo da proposta e a inobservância das disposições editalícias pertinentes, solicita-se que a SESEG examine os argumentos deduzidos pela recorrente e informe, de forma expressa e fundamentada, se mantém ou retifica as constatações e conclusões anteriormente consignadas em sua manifestação. Na hipótese de retificação, total ou parcial, das constatações ou conclusões anteriormente lançadas, a alteração deverá ser devidamente motivada e amparada em elementos técnicos e documentais constantes dos autos, com a indicação objetiva das razões e dos elementos que justifiquem a revisão do entendimento anteriormente manifestado.

Registra-se, para adequada delimitação da análise, que o documento apresentado pela recorrente no campo destinado à documentação de habilitação contém proposta de preços identificada, com indicação de valores unitários e totais, circunstância documentalmente verificável nos autos. A proposta da SST identifica o certame e a própria empresa e apresenta os respectivos valores comerciais.

Esclarece-se que não se solicita à SESEG pronunciamento acerca da consequência jurídico-procedimental decorrente dessa ocorrência, tampouco acerca do provimento ou desprovimento do recurso, matérias cuja apreciação e decisão permanecem reservadas ao Pregoeiro. A manifestação solicitada restringe-se ao enfrentamento das alegações técnicas recursais e ao esclarecimento das constatações e conclusões anteriormente formuladas pela própria unidade.

Ao final, solicita-se manifestação conclusiva, informando expressamente se, diante dos argumentos e documentos invocados no recurso e nas contrarrazões, essa Secretaria mantém, complementa ou retifica, total ou

parcialmente, as conclusões técnicas constantes da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, com a correspondente fundamentação.

Após, retornem os autos ao Setor de Licitações, para prosseguimento da análise e julgamento do recurso administrativo.

Araruama, 21 de setembro de 2026.

[redacted]

CAIO BENITES RANGEL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR

Processo Administrativo nº 16.356/2025

Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para capacitação, formação, treinamento, aperfeiçoamento e atividades correlatas destinadas à Guarda Civil Municipal.

Interessadas: SST & Gestão de Pessoas Ltda. e L&R Staff Ltda.

Assunto: Reexame técnico das razões recursais, contrarrazões, documentos de habilitação e conclusões da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG.

I. OBJETO E DELIMITAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO

A presente manifestação técnica complementar é emitida em atendimento ao encaminhamento do Pregoeiro para reexaminar as alegações de natureza técnica apresentadas pela empresa SST & Gestão de Pessoas Ltda. em suas razões recursais, as contrarrazões apresentadas pela empresa L&R Staff Ltda., a documentação de habilitação das participantes, a Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, o Edital e o Termo de Referência.

O reexame técnico confirma as conclusões anteriormente emitidas. A documentação da SST não demonstra o atendimento integral aos requisitos técnicos exigidos para os Lotes 1 e 3. As alegações apresentadas contra a habilitação técnica da L&R não evidenciam desconformidade concreta com os requisitos aplicáveis aos Lotes 1, 2 e 3. Também não se identifica diligência tecnicamente útil e capaz de modificar as conclusões anteriormente alcançadas.

II. DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS PREVISTOS NO EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA

O Edital adotou inversão de fases e estabeleceu que a habilitação das licitantes deveria ser examinada antes da abertura e análise das propostas comerciais. Os itens 8.1, 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 justificam essa opção pela necessidade de aferição prévia da capacidade operacional das participantes, especialmente quanto à experiência institucional, à disponibilidade de profissionais, à estrutura física, à regularidade de estandes de tiro, à existência de recursos de armamento e munições e às condições necessárias para a execução segura dos serviços.

constantes dos autos, bem como de seus efeitos procedimentais, não integra a presente análise técnica.

IV. DA EXPERIÊNCIA TÉCNICO-OPERACIONAL APRESENTADA PELA SST NO LOTE 1

A SST sustenta que o atestado relacionado ao Município de Caçador comprova sua plena capacidade técnico-operacional para o Lote 1. A documentação foi analisada na Nota Técnica, especialmente às fls. 956 e 957, em conjunto com o contrato e as notas fiscais apresentados, bem como com o atestado emitido pelo Município de Serra Negra, relacionado à formação de trinta e oito Guardas Municipais.

A análise técnica não desconsiderou a existência de experiência anterior da SST. A conclusão não afirma que a empresa jamais tenha executado cursos, treinamentos ou atividades relacionadas à área de segurança. O ponto identificado é a insuficiência de comprovação da correspondência material entre os serviços certificados e a experiência institucional exigida para o objeto específico do Lote 1.

O Edital exige demonstração de aptidão operacional compatível com treinamento institucional de Guardas Municipais, inclusive em relação à capacitação voltada à habilitação ou manutenção do porte funcional de arma de fogo, quando aplicável ao objeto do lote. Não se exige acordo de cooperação técnica como meio exclusivo de prova, identidade literal entre serviço anterior e futuro contrato ou referência a determinado procedimento administrativo. Exige-se, porém, que a documentação permita identificar, com objetividade, que o serviço efetivamente executado possuía conteúdo, finalidade institucional e abrangência compatíveis com a atividade a ser contratada.

Os documentos relacionados aos Municípios de Caçador e Serra Negra não demonstraram, com a extensão necessária, a correspondência material entre as atividades certificadas e o treinamento institucional exigido para o Lote 1. A recorrente defende que os atestados devem ser considerados suficientes, mas não indica erro técnico específico na conclusão de que a documentação não comprovou, de forma integral, a aderência operacional exigida pelo Edital.

A eventual confirmação junto aos emitentes somente seria tecnicamente útil se os documentos já apresentados permitissem identificar dado objetivo, preexistente e passível de esclarecimento. Ainda assim, a confirmação isolada desse aspecto não modificaria a conclusão

do Lote 1, pois subsistem fundamentos técnicos autônomos relacionados ao profissional armeiro, à estrutura de estande e à comprovação da disponibilidade material de armas e munições.

V. DA DIVERGÊNCIA DOCUMENTAL RELATIVA AO PROFISSIONAL ARMEIRO INDICADO PELA SST

A Nota Técnica registrou, às fls. 958 e 959, divergência entre a declaração-resumo da equipe técnica apresentada pela SST e os documentos de qualificação profissional juntados aos autos. A declaração indicou Paulo Maurício Leite Pereira para a função relacionada ao módulo de armeiro. Os documentos de qualificação, titulação e contratação apresentados se referem a Maurício Bolduan.

A SST sustenta que a divergência constitui erro material e informa que Maurício Bolduan possui Certificado de Armeiro Avançado, com carga horária de cento e vinte horas, além de vínculo contratual com a empresa. A existência do certificado e do contrato foi considerada na análise técnica. O contrato datado de 18 de fevereiro de 2026, contudo, não individualiza suficientemente a função de armeiro em suas atribuições, e a documentação não permite concluir, com segurança técnica, que o profissional documentalmente qualificado era aquele efetivamente indicado e disponibilizado para a função específica exigida no Lote 1.

A questão não se limita a referência nominativa sem repercussão técnica. A divergência envolve a identificação do profissional, a vinculação de sua qualificação à função exigida e a demonstração de disponibilidade efetiva para atividade relacionada ao manejo, manutenção e suporte técnico de armamentos.

A eventual diligência limitada à confirmação da identidade do profissional somente poderia ser útil se o conjunto documental originariamente apresentado demonstrasse, de modo objetivo, que Maurício Bolduan era o profissional efetivamente disponibilizado para exercer a função de armeiro. Tal esclarecimento não poderia resultar em substituição de profissional, alteração posterior das atribuições contratuais, novo vínculo ou criação de condição técnica não comprovada na habilitação.

Ainda que fosse possível promover esclarecimento restrito sobre esse ponto, a providência não teria aptidão para modificar a conclusão relativa ao Lote 1. Subsistem, de forma independente, a insuficiência de comprovação da aderência da experiência técnico-operacional, as lacunas documentais relativas à estrutura disponibilizada e a ausência de demonstração satisfatória do dimensionamento de armamentos e munições.

VI. DA ESTRUTURA DE ESTANDE, DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E DOS INSTRUMENTOS DE DISPONIBILIDADE APRESENTADOS PELA SST

A documentação apresentada pela SST relativamente aos estandes Aventureiros e Associação Brasileira Krav Maga foi examinada às fls. 959 a 961 da Nota Técnica. Foram considerados os certificados de registro, os termos de disponibilização e as declarações relativas às dimensões das raias. A análise não ignorou tais documentos, mas identificou lacunas relacionadas ao suporte técnico da estrutura, à demonstração dos poderes das entidades cedentes e à coerência de dados cadastrais relevantes.

O Edital não exige que a licitante seja proprietária exclusiva dos estandes, não condiciona a habilitação à existência de cozinha própria e não impõe nomenclatura única para todos os documentos. A exigência técnica é que a estrutura indicada seja demonstrada como existente, regular, disponível, segura e compatível com a realização das atividades práticas do objeto. Também deve haver demonstração documental suficiente de que a entidade responsável pela estrutura possui legitimidade para disponibilizá-la à licitante.

Certificados de registro, termos de disponibilização e declarações de dimensão constituem elementos relevantes, mas devem ser examinados conjuntamente. A Administração precisa verificar se a estrutura suporta o treinamento previsto, se os instrumentos foram firmados por representantes legitimados, se os dados cadastrais são coerentes e se os documentos permitem concluir que a licitante possuía disponibilidade efetiva de ambiente compatível com a atividade.

A SST não demonstrou que a Nota Técnica tenha desconsiderado documento capaz de eliminar as lacunas registradas quanto à estrutura e à representação das entidades cedentes. A alegação de que os certificados e declarações deveriam ser considerados isoladamente suficientes não substitui a necessidade de análise integrada da regularidade, disponibilidade, segurança e capacidade operacional do estande.

A insuficiência identificada não representa formalidade destituída de finalidade técnica. O estande de tiro integra estrutura necessária à execução segura e regular do treinamento prático previsto no Lote 1. A ausência de comprovação suficientemente integrada sobre a estrutura, sua legitimidade de uso e suas condições operacionais impede a confirmação de que a SST dispunha, no momento da habilitação, de meio apto à execução do objeto.

VII. DA DISPONIBILIDADE E DO DIMENSIONAMENTO DE ARMAS E MUNIÇÕES APRESENTADOS PELA SST

A documentação da SST relativa a armas e munições foi examinada às fls. 961 e 962 da Nota Técnica. A instrução reconheceu a existência de compromissos de fornecimento. A conclusão desfavorável não decorre da inexistência absoluta de documentos, não exige estoque anual integral antecipado e não impõe propriedade exclusiva de todos os recursos materiais a serem empregados na execução.

A insuficiência identificada foi de dimensionamento e de demonstração de disponibilidade compatível. Os documentos apresentados não permitiram verificar, com a segurança necessária, se os recursos indicados seriam quantitativa e operacionalmente adequados para o número de participantes, a carga prática do treinamento, os calibres autorizados, o número de disparos, os requisitos de segurança e a continuidade das atividades previstas no Lote 1.

Os itens 8.1.2, inciso V, e 12.4.1.6 do Edital, considerados em conjunto com o art. 57 do Termo de Referência, exigem comprovação de disponibilidade compatível de armamentos e munições. O prazo de mobilização previsto no art. 33 do Termo de Referência não elimina a necessidade de que a empresa demonstre, na fase de habilitação, a disponibilidade material ou os instrumentos de disponibilização aptos a assegurar o atendimento da demanda contratual.

A SST não demonstrou que a Nota Técnica tenha exigido quantitativo não previsto no Edital, estoque anual integral ou propriedade exclusiva dos bens. A conclusão foi mais limitada: os compromissos e documentos apresentados não permitiram aferir, com precisão suficiente, o dimensionamento dos meios materiais necessários para o objeto. A simples apresentação de compromisso genérico de fornecimento não comprova, por si só, que os recursos seriam suficientes para atender às atividades práticas e à demanda operacional do lote.

Não se identifica diligência tecnicamente útil para permitir nova apresentação de compromisso, alteração de quantitativos, complementação posterior do dimensionamento ou constituição de disponibilidade material não comprovada na habilitação. A eventual diligência somente poderia esclarecer informação já constante de documento suficiente e referente a condição preexistente, não podendo suprir insuficiência material de prova.

VIII. DA MANUTENÇÃO DA CONCLUSÃO TÉCNICA DESFAVORÁVEL À SST NO LOTE 1

A insuficiência técnica da SST no Lote 1 não decorre de falha única, de exigência formal isolada ou de interpretação restritiva de documento específico. A conclusão resulta de fundamentos autônomos e convergentes relativos à experiência técnico-operacional, à identificação e disponibilidade do profissional armeiro, à comprovação da estrutura de estande e à demonstração da disponibilidade material e quantitativa de armamentos e munições.

A documentação não demonstrou, de maneira suficiente, a aderência material da experiência certificada ao treinamento institucional exigido pelo Edital. Também não eliminou a divergência relevante entre a indicação do profissional para a função de armeiro e a documentação de qualificação e vínculo apresentada. Permaneceram, ainda, lacunas na comprovação da estrutura disponibilizada e no dimensionamento dos meios materiais necessários à execução do objeto.

Cada um desses fundamentos apresenta relevância técnica própria. A eventual confirmação restrita de um único ponto não afasta os demais. A Administração não pode presumir que a licitante possui experiência institucional compatível, profissional especificamente disponibilizado, estrutura regular e disponibilidade material suficiente quando o conjunto documental não permite essa confirmação objetiva.

Mantém-se, assim, a conclusão de insuficiência técnica da SST no Lote 1.

IX. DA MANUTENÇÃO DA CONCLUSÃO TÉCNICA DESFAVORÁVEL À SST NO LOTE 3

A insuficiência técnica da SST no Lote 3 decorre da ausência de comprovação bastante das estruturas, dos recursos operacionais e das condições materiais exigidas para a execução do objeto específico do lote. A análise não se apoia em presunção de incapacidade, mas na ausência de documentação suficiente para demonstrar, de maneira verificável, que a empresa dispunha das condições exigidas para atendimento regular da demanda contratual.

O Lote 3 possui objeto, requisitos e elementos de comprovação próprios. A conclusão desfavorável não resulta automaticamente das questões examinadas no Lote 1 e não depende exclusivamente da divergência relativa ao profissional armeiro, à estrutura de tiro ou ao dimensionamento de armas e munições. O fundamento do Lote 3 está na insuficiência

documental relativa às estruturas, aos recursos operacionais e às condições materiais necessárias à execução das atividades correspondentes.

A recorrente não indicou documento específico que tenha sido ignorado, interpretado equivocadamente ou desconsiderado em desconformidade com o Edital. A alegação de que a empresa possui experiência ou que poderia organizar os recursos necessários não substitui a demonstração documental prévia de capacidade operacional. A habilitação exige que os meios técnicos sejam comprovados de forma atual, objetiva e verificável.

Não se identifica diligência tecnicamente útil para modificar a conclusão relativa ao Lote 3. A diligência não poderia ser utilizada para permitir apresentação posterior de estrutura, recurso operacional, instrumento de disponibilidade ou condição material que deveria estar demonstrada na fase de habilitação.

Mantém-se, portanto, a conclusão de insuficiência técnica da SST no Lote 3.

X. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DA L&R NO LOTE 1

As alegações da SST contra a L&R foram examinadas em confronto com os documentos apresentados pela empresa e com os requisitos técnicos previstos no Edital. O reexame confirma que a L&R apresentou documentação apta a demonstrar capacidade técnico-operacional compatível com o Lote 1.

O Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Guarda Civil de Araruama em 20 de agosto de 2026, analisado às fls. 951 e 952 da Nota Técnica, certifica a execução satisfatória de serviços nos Processos nº 16.066/2020 e nº 20.185/2022. O documento registra formação de quarenta Guardas, carga horária de cento e sessenta horas, quantidade mínima prevista de quatrocentos disparos, observância da Matriz SENASP, avaliação para porte institucional, atividades de atendimento pré-hospitalar, formação de instrutores de armamento e tiro e avaliação psicológica por profissional credenciado.

O atestado certifica serviço já executado e apresenta conteúdo compatível com as atividades exigidas no Lote 1. A emissão do documento pela Guarda Civil de Araruama permite aferição da experiência efetivamente prestada. A SST não demonstrou que o atestado seja inidôneo, que os serviços certificados não tenham sido executados ou que seu conteúdo seja incompatível com o requisito técnico aplicável.

Quanto ao módulo de atendimento pré-hospitalar, a Nota Técnica individualizou, à fl. 953, Leonardo Gonçalves Velasco, registrando que ministrou curso anterior à mesma Guarda

Civil. A análise considerou essa referência institucional em conjunto com a qualificação médica, os credenciamentos e o instrumento de disponibilidade apresentados.

Os documentos referentes aos instrutores de armamento e tiro Jorge Ray da Silva Gomes, José Armando Gomes Gonçalves e Magnum Silva de Souza foram examinados às fls. 952 e 953, juntamente com seus credenciamentos e instrumentos de disponibilidade. Para o módulo jurídico, Jorge Ray da Silva Gomes apresentou graduação em Direito pela FAMINAS, especialização em Balística Aplicada ao Direito e especialização pela Universidade Federal de Santa Catarina em Inteligência e Inovação Aplicadas no Enfrentamento ao Crime Organizado. O conjunto documental é compatível com a exigência do item 12.4.1.5 do Edital.

A SST não demonstrou falha documental concreta capaz de afastar o atestado empresarial, os credenciamentos, os instrumentos de disponibilidade ou as qualificações profissionais examinadas. Questionamentos isolados sobre integrantes da equipe não eliminam a experiência técnico-operacional da pessoa jurídica nem demonstram ausência de qualificação dos profissionais indicados quando os documentos apresentados evidenciam atendimento aos requisitos aplicáveis.

Mantém-se a conclusão favorável à habilitação técnica da L&R no Lote 1.

XI. DA ESTRUTURA, DOS ARMAMENTOS E DAS MUNIÇÕES DA L&R NO LOTE 1

A estrutura disponibilizada pela L&R foi analisada às fls. 954 e 955 da Nota Técnica. Foram considerados o contrato de comodato do Clube de Tiro Cardosense, o Certificado de Registro nº 142464, os documentos de constituição e representação, o relatório técnico, a ART nº 2020260274228 e as fotografias apresentadas.

A análise identificou dez raias para armas curtas, com extensão igual ou superior a vinte metros, onze raias para armas longas de cem metros e ambientes de apoio. A Nota Técnica registrou coerência entre os poderes de representação e os instrumentos apresentados. A instrução não exigiu documento autônomo não previsto no Edital, nem atribuiu à ART, isoladamente, a prova de todos os elementos físicos da estrutura.

A circunstância de Jorge Ray da Silva Gomes possuir atribuições relacionadas à L&R e ao Clube de Tiro Cardosense não caracteriza, por si só, invalidade do instrumento de disponibilização. A SST não demonstrou ausência de poderes de representação, inexistência da

estrutura, irregularidade do Certificado de Registro ou impedimento concreto à sua utilização pela licitante.

A instrução identificou o Certificado de Registro nº 3005388 da L&R, os instrumentos de disponibilização de armamentos, a relação de trinta e uma armas e os registros correspondentes. Quanto às munições, a Nota Técnica considerou suficiente o quantitativo de trinta e duas mil duzentas e cinquenta e cinco unidades vinculado à empresa no SISGCORP, examinado em conjunto com fotografias e demais documentos apresentados.

A conclusão favorável não decorre de presunção de disponibilidade e não exige propriedade exclusiva de todos os armamentos, estoque anual integral antecipado ou número mínimo de trinta e uma armas. A análise considerou os instrumentos de disponibilização, os registros apresentados, os meios identificados e o dimensionamento necessário ao objeto.

A impugnação referente a armamento individualizado não desconstitui, isoladamente, a totalidade do acervo documental. A carabina ou fuzil Taurus, calibre .40 S&W, série KX08824, registro SIGMA nº 939709, foi objeto de questionamento específico. A relação oficial de armas vinculada ao Certificado de Registro nº 156548, emitida em 8 de janeiro de 2025, identifica esse armamento com status "sem restrição", conforme documento constante da instrução. A alegação isolada não demonstra insuficiência material da totalidade dos recursos disponibilizados pela L&R.

Mantém-se a conclusão favorável quanto à estrutura, aos armamentos e às munições da L&R no Lote 1.

XII. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DA L&R NOS LOTES 2 E 3

No Lote 2, a Nota Técnica identificou Lívia Velasco Panisset dos Passos, inscrita no CRP sob o nº 5/41207, com credenciamento pela Portaria nº 93/2023 e instrumento contratual de disponibilidade. Esses documentos foram avaliados em conjunto com a experiência descrita no atestado técnico apresentado pela L&R. A SST não demonstrou ausência de registro profissional, inexistência de credenciamento, inadequação do instrumento de disponibilidade ou incompatibilidade da profissional indicada com a exigência técnica do lote.

No Lote 3, a Nota Técnica registrou estrutura e disponibilidade continuada para duzentas e setenta utilizações anuais, distinguindo os profissionais vinculados à L&R do técnico de armamento e tiro da Guarda Civil que acompanha o uso institucional do estande. As

conclusões favoráveis relativas à empresa abrangem os três lotes e estão consignadas, especialmente, às fls. 955, 956, 969 e 970.

A alegação de que seria necessária vistoria confirmatória não demonstra insuficiência da documentação de habilitação. A eventual vistoria possui natureza confirmatória e não substitui a análise dos documentos exigidos pelo Edital. A SST não demonstrou que a L&R foi dispensada de requisito técnico, habilitada com documento incompatível ou beneficiada por critério diverso daquele aplicado às demais licitantes.

Não se identifica diligência tecnicamente útil em relação à L&R. Os questionamentos apresentados não revelam dúvida concreta sobre documento específico que possua potencial para alterar a conclusão técnica. Não se justifica reabrir a habilitação da licitante para investigação indeterminada ou para buscar irregularidade não demonstrada pela recorrente.

Mantém-se a conclusão favorável à habilitação técnica da L&R nos Lotes 2 e 3.

XIII. DA UNIFORMIDADE DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS, DA ISONOMIA E DO JULGAMENTO OBJETIVO

A análise técnica aplicou os mesmos critérios previstos no Edital à SST e à L&R. As duas empresas foram examinadas quanto à experiência operacional, à qualificação e disponibilidade de profissionais, à regularidade das estruturas indicadas, à disponibilidade de recursos materiais, aos registros, aos credenciamentos, aos armamentos, às munições e à aderência dos documentos ao objeto de cada lote.

A diferença entre as conclusões decorre do conteúdo e da suficiência dos documentos efetivamente apresentados. No caso da SST, foram identificadas insuficiências técnicas materiais nos Lotes 1 e 3. No caso da L&R, a documentação permitiu comprovar experiência institucional, profissionais qualificados e disponíveis, estrutura de estande documentada, registros de armamentos, disponibilidade de munições, profissional habilitada para as avaliações psicológicas e estrutura operacional relacionada ao Lote 3.

A aplicação uniforme de critérios não impõe que documentos distintos recebam resultado idêntico. Exige que a Administração avalie todas as licitantes com base nos mesmos requisitos técnicos, sem criar exigência nova, dispensar seletivamente condição prevista ou adotar presunção desvinculada dos documentos. Não se identificou, na análise realizada, tratamento técnico assimétrico ou utilização de parâmetro distinto para a SST e para a L&R.

As alegações de favorecimento, direcionamento ou controle indevido não foram acompanhadas de prova técnica concreta. A SST não demonstrou que requisito previsto no Edital tenha sido dispensado para a L&R, nem indicou documento que tenha sido aceito em desconformidade com os parâmetros de habilitação. A inconformidade com o resultado técnico não comprova, por si, tratamento desigual.

XIV. DA UTILIDADE DE EVENTUAL DILIGÊNCIA

A diligência deve ser avaliada segundo sua capacidade de esclarecer ponto técnico específico, relacionado a informação já apresentada e existente à época da habilitação. Não é tecnicamente recomendável quando a providência tiver por finalidade permitir apresentação posterior de prova essencial, constituição de capacidade material, substituição de documentos insuficientes ou reorganização de requisitos de habilitação.

Em relação à SST, eventual esclarecimento limitado sobre a identificação do profissional armeiro não alteraria a conclusão do Lote 1. Mesmo que fosse confirmada a identidade de Maurício Bolduan, subsistiriam a insuficiência de comprovação da aderência da experiência técnico-operacional, as lacunas relativas à estrutura de estande e a ausência de demonstração satisfatória do dimensionamento dos armamentos e munições.

Em relação ao Lote 3, não foi identificado ponto documental específico cuja confirmação pudesse modificar a conclusão relativa às estruturas, aos recursos operacionais e às condições materiais exigidas. A diligência não seria apta a suprir, posteriormente, a comprovação de capacidade operacional que deveria ter sido demonstrada na habilitação.

Em relação à L&R, não foi identificada dúvida técnica concreta que justifique diligência. A documentação apresentada foi examinada e considerada suficiente, e as alegações da SST não indicam falha específica apta a modificar a conclusão favorável.

Não se recomenda, portanto, a realização de diligência técnica em favor da SST ou contra a L&R.

XV. CONCLUSÃO TÉCNICA

Após o reexame das razões recursais, das contrarrazões, dos documentos de habilitação, da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, do Edital e do Termo de Referência, esta unidade técnica conclui que não foi identificado elemento técnico capaz de justificar retificação das conclusões anteriormente emitidas.

Mantém-se a conclusão de insuficiência técnica da SST no Lote 1, diante da não comprovação suficiente da aderência de sua experiência técnico-operacional ao objeto, da divergência relevante relativa ao profissional armeiro, das lacunas na comprovação da estrutura disponibilizada e da ausência de demonstração satisfatória do dimensionamento dos armamentos e munições.

Mantém-se a conclusão de insuficiência técnica da SST no Lote 3, diante da ausência de comprovação documental suficiente das estruturas, dos recursos operacionais e das condições materiais necessárias à execução do objeto específico do lote.

Registra-se que a Nota Técnica anterior não identificou insuficiência de habilitação técnica da SST no Lote 2. A apreciação de outros fundamentos eventualmente constantes dos autos não integra esta manifestação técnica.

Mantém-se a conclusão favorável à habilitação técnica da L&R nos Lotes 1, 2 e 3. As alegações da SST não demonstraram desconformidade técnica concreta entre os documentos apresentados pela L&R e os requisitos previstos no Edital.

Não foram identificados elementos técnicos que evidenciem aplicação desigual de critérios, afastamento do julgamento objetivo ou tratamento assimétrico entre as participantes.

Não se recomenda diligência técnica, pois eventual esclarecimento sobre ponto isolado da documentação da SST não teria aptidão para afastar os fundamentos técnicos autônomos que sustentam as conclusões desfavoráveis nos Lotes 1 e 3, e não foram identificadas dúvidas concretas na documentação da L&R capazes de alterar a conclusão favorável.

Esta unidade técnica mantém integralmente as conclusões da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, sem necessidade de retificação, complementação técnica ou realização de diligência.

É a manifestação técnica complementar conclusiva.

Araruama/RJ, 24 de setembro de 2026.

MARCIO BARBOSA DE OLIVEIRA
Superintendente de Armamento
Secretaria de Segurança Ordem Pública e Defesa Civil de Araruama
Mat. 113895-2

À SESEG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.356/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 042/2026

RECORRENTE: SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA

RECORRIDAS: L&R STAFF LTDA

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por **SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA**, em face dos atos praticados no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026, insurgindo-se contra seu afastamento do certame e questionando, ainda, a habilitação da empresa **L&R STAFF LTDA.**

Em síntese, a Recorrente apresenta insurgências relacionadas à avaliação de sua qualificação técnica, especialmente quanto à experiência técnico-operacional, à identificação e disponibilidade do profissional indicado para a função de armeiro, às estruturas destinadas à execução do objeto e à disponibilidade de armamentos e munições, bem como questiona a análise dos documentos apresentados pela licitante declarada vencedora, a adoção

dos critérios técnicos utilizados, a possibilidade de realização de diligências e as consequências decorrentes da inserção de sua proposta comercial juntamente com os documentos apresentados na fase de habilitação.

Apresentadas contrarrazões pela **L&R STAFF LTDA**, e considerando que parcela substancial das razões recursais incidia sobre matéria de natureza eminentemente técnica, os autos foram encaminhados à Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil – SESEG, para reexame específico das conclusões anteriormente consignadas na Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG.

Em resposta, a unidade técnica emitiu Manifestação Técnica Complementar, promovendo novo exame das razões recursais, das contrarrazões, da documentação apresentada, do Edital e do Termo de Referência, mantendo as conclusões técnicas anteriormente alcançadas.

A SESEG reafirmou, em síntese, a insuficiência técnica da documentação da Recorrente relativamente aos Lotes 01 e 03, reconheceu

expressamente a inexistência de insuficiência técnica relativamente ao Lote 02, manteve a conclusão favorável à qualificação técnica da **L&R STAFF LTDA** nos Lotes 01, 02 e 03, afastou a alegação de adoção de critérios técnicos assimétricos e concluiu pela inexistência de diligência tecnicamente útil capaz de modificar os resultados alcançados.

É o relatório.

II – DA DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO

Inicialmente, cumpre distinguir as questões de natureza técnica das questões de natureza jurídico-procedimental.

A avaliação da suficiência dos atestados, da compatibilidade da experiência anterior, da qualificação e disponibilidade dos profissionais, das condições técnicas das estruturas indicadas e da disponibilidade dos recursos necessários à execução foi submetida à unidade demandante especializada, sem prejuízo da competência deste Pregoeiro para examinar a conformidade

das conclusões alcançadas com o Edital, o Termo de Referência e a legislação aplicável.

Por outro lado, a definição das consequências decorrentes da inserção e disponibilização da proposta comercial no conjunto documental destinado à habilitação constitui matéria jurídico-procedimental, cuja apreciação compete ao agente responsável pela condução do certame.

A presente decisão, portanto, não constitui mera reprodução ou adesão automática às manifestações da unidade técnica, mas resulta da apreciação conjunta das razões e contrarrazões recursais, da documentação constante dos autos, das manifestações técnicas produzidas e das normas legais e editalícias aplicáveis.

III – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL – LOTE 01

A Recorrente questiona a conclusão relativa à comprovação de sua experiência técnico-operacional, sustentando, em essência, que os

documentos apresentados demonstrariam experiência suficiente e compatível com as exigências estabelecidas pelo instrumento convocatório.

O item 12.4.1 do Edital estabelece que a licitante deverá comprovar aptidão operacional compatível com a execução do objeto mediante apresentação de documentação técnica pertinente.

O item 12.4.1.1 exige comprovação de experiência anterior em capacitação armada institucional para Guarda Civil com matriz curricular SENASP, treinamento operacional e atividades correlatas compatíveis com a complexidade da contratação.

Por sua vez, o item 12.4.1.2 exige comprovação de experiência técnico-operacional mediante um ou mais atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público, demonstrando execução satisfatória de capacitação em armamento e tiro destinada a Guardas Municipais, incluindo treinamento voltado à habilitação ou manutenção do porte funcional.

Em sua Manifestação Técnica Complementar, a SESEG reexaminou especificamente os documentos e argumentos apresentados pela SST, inclusive aqueles relacionados às experiências anteriormente executadas e invocadas pela Recorrente.

A unidade técnica esclareceu que a conclusão desfavorável não decorreu da exigência de identidade literal entre o serviço anteriormente executado e o objeto licitado, tampouco da exigência de instrumento de cooperação com a Polícia Federal como meio exclusivo de comprovação.

O que se identificou foi insuficiência do conjunto documental para demonstrar, de maneira objetiva, a correspondência material entre as experiências comprovadas e a experiência institucional exigida pelo Edital, especialmente quanto à capacitação armada destinada à Guarda Municipal e sua vinculação à habilitação ou manutenção do porte funcional.

Importa registrar que a expressão "preferencialmente", constante do item 12.4.1.2, impede que eventual instrumento de cooperação com a

Polícia Federal seja convertido em requisito obrigatório não estabelecido pelo Edital.

O fundamento acolhido nesta decisão é, portanto, a insuficiência do conteúdo probatório para demonstrar a experiência material prevista nos itens 12.4.1.1 e 12.4.1.2, conforme avaliação da unidade técnica especializada posteriormente submetida a reexame em razão do recurso.

Não se identifica, nesse aspecto, criação posterior de requisito habilitatório, mas aferição da correspondência entre a experiência comprovada e aquela objetivamente exigida pelo instrumento convocatório.

Mantém-se, portanto, a conclusão técnica desfavorável relativamente a esse aspecto do Lote 01.

IV – DA IDENTIFICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DO PROFISSIONAL INDICADO PARA A FUNÇÃO DE ARMEIRO

A Recorrente também questiona a conclusão relativa ao profissional indicado para a função de armeiro, sustentando que a

documentação apresentada permitiria identificar Maurício Bolduan como o profissional destinado ao exercício da função.

A questão foi expressamente submetida ao reexame da SESEG.

Na Manifestação Técnica Complementar, a unidade especializada consignou que a documentação apresentada contém elementos relacionados à qualificação profissional e ao vínculo contratual indicado pela Recorrente, mas entendeu não estar suficientemente individualizada, no conjunto documental originalmente apresentado, a disponibilização daquele profissional especificamente para a função exigida no Lote 01.

Não obstante, a própria análise técnica reconhece que eventual divergência de identificação poderia, em determinadas circunstâncias, comportar esclarecimento caso o conjunto documental originário demonstrasse objetivamente situação preexistente.

Por essa razão, a questão relativa à identificação do profissional indicado para a função de armeiro não será adotada, isoladamente, como

fundamento autônomo e determinante para manutenção do afastamento da Recorrente.

A SESEG, contudo, esclareceu que eventual confirmação desse aspecto não teria aptidão para modificar o resultado técnico do Lote 01, diante da subsistência de outros fundamentos autônomos.

Consequentemente, não se mostra útil instaurar diligência exclusivamente para esclarecer questão cujo resultado, ainda que integralmente favorável à Recorrente, seria incapaz de modificar a conclusão final da análise técnica.

V – DAS ESTRUTURAS DESTINADAS À EXECUÇÃO – LOTE 01

A Recorrente questiona, ainda, a avaliação realizada sobre as estruturas indicadas para execução do objeto, inclusive aquelas relacionadas aos estabelecimentos apresentados em sua documentação.

A Manifestação Técnica Complementar esclareceu que os documentos referentes às estruturas indicadas pela SST foram examinados

conjuntamente, não tendo a conclusão desfavorável decorrido da exigência de propriedade exclusiva das instalações ou da imposição de documento específico não previsto no instrumento convocatório.

Também não se adota como fundamento desta decisão eventual exigência autônoma de cozinha ou de outra instalação não estabelecida expressamente como requisito eliminatório.

O ponto tecnicamente considerado reside na suficiência do conjunto documental para demonstrar a disponibilidade legítima e a compatibilidade das estruturas e dos ambientes de apoio necessários à execução segura e regular das atividades integrantes do lote.

Após reexame das razões recursais e da documentação indicada pela Recorrente, a SESEG manteve a conclusão de que os elementos apresentados não foram suficientes para demonstrar integralmente as condições operacionais exigidas.

A conclusão é acolhida nos limites da avaliação técnica especializada, sem transformar eventual ausência de documento específico não exigido pelo Edital em requisito autônomo de habilitação.

VI – DOS ARMAMENTOS E MUNIÇÕES – LOTE 01

A Recorrente também contesta as conclusões relacionadas à disponibilidade de armamentos e munições.

Sobre esse ponto, é necessário delimitar precisamente o fundamento adotado.

Não se exige da licitante propriedade exclusiva dos armamentos, formação antecipada de todo o estoque de munições necessário à futura execução contratual ou atendimento a quantitativo mínimo não previsto no instrumento convocatório.

A própria Manifestação Técnica Complementar esclareceu que a análise não se baseou na criação de quantitativo autônomo posterior, mas na necessidade de que os documentos apresentados permitissem aferir

disponibilidade material compatível com a dimensão e as características da contratação.

Segundo a unidade especializada, o conjunto documental apresentado pela Recorrente não permitiu verificar suficientemente a disponibilidade e o dimensionamento dos recursos materiais necessários à execução.

Esse aspecto é considerado em conjunto com os demais fundamentos técnicos relativos ao Lote 01, não sendo utilizado como imposição de estoque prévio integral ou de quantitativo mínimo não previsto no Edital.

VII – DA CONCLUSÃO TÉCNICA RELATIVA AO LOTE 01

Considerados conjuntamente os pontos anteriormente examinados, a SESEG manteve sua conclusão desfavorável à Recorrente no Lote 01, apontando fundamentos técnicos independentes relacionados,

especialmente, à experiência técnico-operacional, à demonstração das condições estruturais e à disponibilidade material necessária à execução.

A questão relativa à identificação do profissional indicado para a função de armeiro, embora objeto de análise, não é adotada isoladamente como fundamento determinante, uma vez que eventual esclarecimento favorável à Recorrente não seria suficiente para afastar os demais fundamentos técnicos subsistentes.

Assim, a manutenção do resultado não depende da preservação cumulativa de toda e qualquer ressalva formulada durante a análise técnica, mas da permanência de fundamentos materialmente relevantes que, segundo a unidade especializada, são suficientes para sustentar a conclusão alcançada.

VIII – DO LOTE 03

Quanto ao Lote 03, a SESEG manteve conclusão desfavorável à Recorrente após reexaminar especificamente os argumentos apresentados em sede recursal.

A unidade especializada consignou que o conjunto documental não demonstrou de maneira suficiente as estruturas, os recursos operacionais e as condições materiais necessárias à execução específica daquele lote.

A Manifestação Técnica Complementar também esclareceu que a conclusão relativa ao Lote 03 possui fundamentação própria, não decorrendo automaticamente das insuficiências apontadas para o Lote 01.

Não se procede, portanto, à simples transposição de exigências ou conclusões de um lote para outro.

A unidade técnica também informou não ter identificado questão documental isolada cuja simples confirmação fosse capaz de modificar o resultado alcançado.

Considerando a análise técnica especializada, o reexame especificamente promovido em razão do recurso e a inexistência de elemento técnico objetivo capaz de infirmar as conclusões alcançadas, mantém-se a conclusão técnica desfavorável à Recorrente relativamente ao Lote 03.

IX – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA L&R STAFF LTDA. E DA ALEGADA ASSIMETRIA DE CRITÉRIOS

A Recorrente formula, ainda, questionamentos acerca da documentação e das condições técnicas apresentadas pela **L&R STAFF LTDA**, sustentando, em essência, que determinados aspectos considerados insuficientes em relação à SST teriam recebido tratamento distinto na análise da licitante declarada vencedora.

Diante da relevância da alegação, a matéria foi expressamente submetida ao reexame da SESEG.

A unidade técnica reavaliou os pontos questionados pela Recorrente, incluindo a experiência técnico-operacional apresentada pela **L&R**

STAFF LTDA, a composição de sua equipe profissional, as estruturas indicadas e a disponibilidade dos recursos materiais considerados necessários à execução.

Após o reexame, a SESEG manteve a conclusão de que a documentação apresentada pela **L&R STAFF LTDA** era tecnicamente suficiente para os Lotes 01, 02 e 03.

A unidade especializada também afirmou ter aplicado os mesmos parâmetros previstos no Edital e no Termo de Referência às participantes, atribuindo as diferenças de resultado à suficiência dos respectivos conjuntos documentais e não à adoção de critérios distintos.

As razões recursais, embora legitimamente submetidas à revisão administrativa, não apresentaram elemento técnico objetivo suficiente para afastar as conclusões alcançadas após o novo exame promovido pela unidade especializada.

Não se identifica, portanto, fundamento suficiente para modificar a conclusão favorável à qualificação técnica da **L&R STAFF LTDA.**

X – DA DILIGÊNCIA E DE SUA UTILIDADE PARA O RESULTADO DO JULGAMENTO

A possibilidade de realização de diligência foi expressamente considerada durante a instrução recursal.

Não se adota a premissa de que todo esclarecimento ou documento complementar seria, abstratamente, inadmissível.

Deve-se distinguir a tentativa de constituir posteriormente condição material inexistente da possibilidade de esclarecer ou comprovar documentalmente situação preexistente.

No caso concreto, contudo, a SESEG foi expressamente instada a avaliar não apenas a possibilidade abstrata de esclarecimento, mas também sua utilidade efetiva para o resultado da análise.

Em sua Manifestação Técnica Complementar, a unidade especializada concluiu que eventuais esclarecimentos sobre aspectos isolados — inclusive aqueles relacionados à identificação do profissional indicado para determinada função — não teriam aptidão para modificar as conclusões finais, diante da subsistência de outros fundamentos técnicos autônomos relativamente aos Lotes 01 e 03.

A não realização de nova diligência, portanto, não decorre de entendimento segundo o qual todo saneamento seria juridicamente vedado, mas da ausência de utilidade concreta da providência para modificar o resultado técnico do julgamento.

Mesmo que os aspectos isoladamente esclarecíveis fossem integralmente resolvidos em favor da Recorrente, permaneceriam fundamentos técnicos independentes capazes de sustentar as conclusões desfavoráveis relativamente aos Lotes 01 e 03.

XI – DA DISPONIBILIZAÇÃO ANTECIPADA DA PROPOSTA COMERCIAL

Resta examinar questão de natureza distinta, especialmente relevante para o Lote 02.

A Manifestação Técnica Complementar da SESEG reconheceu expressamente que não foi identificada insuficiência de qualificação técnica da SST relativamente ao Lote 02.

Não se atribui, portanto, à Recorrente deficiência técnica inexistente.

A manutenção de seu afastamento relativamente a esse lote decorre de fundamento jurídico-procedimental autônomo.

O presente procedimento adotou a inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que a fase de habilitação antecedeu a abertura da fase competitiva.

Nesse contexto, o item 8.1.6 do Edital estabeleceu expressamente que:

"Em razão da adoção da inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, os licitantes deverão observar rigorosamente a forma de cadastramento das informações no sistema eletrônico, permanecendo a proposta comercial sob sigilo até a abertura da fase competitiva, razão pela qual deverá ser inserida exclusivamente no campo próprio destinado ao cadastramento da proposta, observadas as funcionalidades e os procedimentos disponibilizados pela plataforma eletrônica utilizada."

A determinação editalícia guarda correspondência direta com o art. 13, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece o diferimento da publicidade quanto ao conteúdo das propostas até sua respectiva abertura.

Apesar da clareza da regra editalícia, a Recorrente inseriu, juntamente com os documentos destinados à fase de habilitação, arquivo contendo sua proposta comercial identificada e precificada, com indicação da empresa e dos respectivos valores.

Não se trata, portanto, de mera identificação acidental da licitante, erro de nomenclatura de arquivo ou falha de organização documental sem repercussão sobre a finalidade da norma.

Foi a própria proposta comercial, contendo identificação da proponente e informações econômicas que deveriam permanecer protegidas, que passou a integrar o conjunto documental apresentado na fase de habilitação.

XI.1 – DA ACESSIBILIDADE DOS DOCUMENTOS E DA CONSULTA AO LICITANET

A acessibilidade dos documentos inseridos no campo destinado à habilitação não constitui mera presunção desta Administração.

Com a finalidade específica de esclarecer a sistemática da plataforma eletrônica nos certames processados com inversão de fases, foi realizada consulta ao suporte do LICITANET, registrada sob o Protocolo de Atendimento nº 20260928359094.

Na oportunidade, foi confirmado pelo suporte da plataforma que, nos certames realizados com inversão de fases, os documentos inseridos no campo destinado à habilitação podem ser acessados pelos demais licitantes e também por visitantes que consultem o certame.

Desse modo, ao inserir sua proposta comercial identificada e precificada juntamente com os documentos de habilitação, a Recorrente não incorreu em simples equívoco de cadastramento desprovido de repercussão procedimental.

O conteúdo econômico que deveria permanecer segregado e sob sigilo até a abertura da fase competitiva foi inserido em ambiente que possibilitava seu acesso por terceiros antes do momento procedimental autorizado para sua divulgação.

XI.2 – DA DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE ACESSO EFETIVO

A Recorrente sustenta, em essência, a ausência de demonstração de que outro participante tenha efetivamente acessado sua proposta.

Tal circunstância, entretanto, não descaracteriza a irregularidade constatada.

É necessário distinguir disponibilização antecipada de comprovação de acesso efetivo.

Não há nos autos elemento que permita afirmar que determinada licitante ou visitante efetivamente abriu, visualizou, realizou download ou utilizou as informações constantes da proposta da Recorrente.

E nenhuma dessas circunstâncias será presumida nesta decisão.

O fato objetivamente relevante é diverso: conteúdo que deveria permanecer indisponível até a fase competitiva foi inserido pela própria licitante em ambiente que permitia sua consulta por terceiros antes do momento procedimental adequado.

Exigir, como condição para o reconhecimento da irregularidade, a identificação posterior de pessoa que efetivamente tenha aberto ou realizado download do documento esvaziaria a finalidade preventiva da regra de sigilo.

A proteção estabelecida pela legislação e pelo Edital não objetiva apenas impedir a utilização comprovada da proposta de um concorrente por outro. Objetiva, anteriormente a isso, impedir que o conteúdo econômico das propostas seja disponibilizado antes do momento em que todos os participantes possam regularmente conhecê-lo.

Não se presume, portanto, prejuízo econômico efetivamente consumado, conluio, dolo ou utilização concreta das informações por concorrente.

O que se reconhece é a ocorrência objetiva da ruptura da segregação informacional estabelecida para o procedimento com inversão de fases.

XI.3 – DA MATERIALIDADE DA IRREGULARIDADE E DA IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO

Também não se mostra possível reduzir a ocorrência a mera falha formal.

A determinação constante do item 8.1.6 do Edital, ao exigir que a proposta fosse inserida exclusivamente no campo próprio, possuía finalidade material precisamente identificável: impedir que seu conteúdo econômico se tornasse acessível durante a fase de habilitação.

No caso concreto, a utilização do campo inadequado produziu justamente o resultado que a regra buscava impedir: a possibilidade objetiva de conhecimento antecipado da proposta comercial por outros licitantes e por terceiros.

A irregularidade alcança, portanto, a própria finalidade da regra de sigilo e relaciona-se diretamente à igualdade informacional entre os participantes, à vinculação ao instrumento convocatório e à regularidade da fase competitiva.

Uma vez disponibilizada a proposta comercial em ambiente acessível, não existe providência posterior capaz de recompor integralmente o estado informacional anterior.

A retirada do documento ou sua posterior inserção no campo adequado não desfaz a disponibilização já ocorrida, tampouco permite restabelecer, com segurança, a situação de indisponibilidade que deveria ter sido preservada desde o início.

XI.4 – DO FORMALISMO MODERADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CERTAME

A aplicação do formalismo moderado não conduz a conclusão diversa.

O art. 12, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 impede o afastamento de licitante em razão do desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação ou a compreensão do conteúdo da proposta.

Não é essa a situação verificada.

A irregularidade não consistiu em falha de paginação, nomenclatura, organização interna do documento ou outro vício destituído de repercussão material.

Houve disponibilização, antes da fase própria, da proposta comercial identificada e contendo os preços da própria Recorrente, em contrariedade a regra editalícia expressamente estabelecida justamente para impedir esse resultado.

A situação também se distingue materialmente de hipóteses em que ocorre mera divulgação antecipada de marca, modelo ou elemento que apenas permita inferir a identidade de determinado concorrente.

Aqui, o documento disponibilizado era a própria proposta econômica.

A natureza da informação disponibilizada, o momento procedimental em que ocorreu a disponibilização, a regra editalícia expressa de segregação, a acessibilidade do campo utilizado e a impossibilidade de

recomposição posterior do estado de sigilo afastam a caracterização da ocorrência como simples irregularidade formal.

XI.5 – DA CONSEQUÊNCIA PARA O LOTE 02

A conclusão deve ser particularmente clara quanto ao Lote 02.

A Recorrente atendeu tecnicamente aos requisitos daquele lote, conforme reconhecido pela SESEG.

Sua exclusão não é mantida, portanto, por deficiência de qualificação técnica.

O fundamento determinante é exclusivamente jurídico-procedimental: a disponibilização antecipada de sua proposta comercial identificada e precificada, em ambiente acessível a terceiros, quando o Edital determinava expressamente que esse conteúdo permanecesse sob sigilo e fosse inserido exclusivamente no campo próprio até a abertura da fase competitiva.

Trata-se de fundamento autônomo e suficiente para impedir o prosseguimento da Recorrente no Lote 02.

XII – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, após exame das razões recursais, das contrarrazões, da documentação constante dos autos, da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, da Manifestação Técnica Complementar posteriormente emitida pela Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil – SESEG, bem como das circunstâncias jurídico-procedimentais relativas à disponibilização antecipada da proposta comercial:

I. **CONHEÇO** do recurso administrativo interposto por **SST & GESTÃO DE PESSOAS LTDA**, por tempestivo;

II. **NO MÉRITO, NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo o afastamento da Recorrente dos Lotes 01, 02 e 03;

III. quanto aos Lotes 01 e 03, a manutenção do afastamento decorre dos fundamentos técnicos autônomos e

materialmente relevantes reconhecidos pela unidade especializada e delimitados nesta decisão, não sendo adotadas como fundamentos determinantes eventuais questões meramente formais ou isoladamente passíveis de esclarecimento que, mesmo solucionadas em favor da Recorrente, não modificariam o resultado técnico final;

IV. quanto ao Lote 02, registra-se expressamente que a Recorrente foi considerada tecnicamente apta pela SESEG, sendo a manutenção de seu afastamento fundamentada exclusivamente na irregularidade jurídico-procedimental decorrente da disponibilização antecipada de sua proposta comercial identificada e precificada juntamente com a documentação de habilitação, em violação à sistemática de inversão de fases e à regra expressa estabelecida pelo item 8.1.6 do Edital;

V. **MANTENHO** a conclusão favorável à qualificação técnica da **L&R STAFF LTDA** relativamente aos Lotes 01, 02 e 03,

uma vez que as razões recursais, submetidas a reexame técnico específico, não demonstraram desconformidade suficiente para afastar o atendimento aos requisitos aplicáveis.

Por não reconsiderar os atos recorridos, encaminhem-se os autos à autoridade superior competente, acompanhados desta decisão motivada, para apreciação e decisão, nos termos do art. 165, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Araruama, 28 de setembro de 2026.

[redacted]

CAIO BENITES RANGEL
PREGOEIRO

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 042/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para capacitação operacional, treinamento armado, avaliação psicológica, requalificação profissional e locação de estrutura técnica destinados à Guarda Civil Municipal.

RECORRENTE: SST & Gestão de Pessoas Ltda.

CONTRARRAZOANTE: L&R Staff Ltda.

Nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, **RATIFICO** a decisão do pregoeiro de 28 de setembro de 2026, cujos fundamentos adoto expressamente como razões de decidir. **CONHEÇO** do recurso interposto por SST & Gestão de Pessoas Ltda. e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão recorrida quanto ao afastamento da recorrente dos Lotes 01, 02 e 03 e à conclusão favorável à qualificação técnica da L&R Staff Ltda. nesses lotes.

Publique-se. Dê-se ciência às interessadas e encaminhem-se os autos à Secretaria Executiva de Licitações e Contratos para o regular prosseguimento do certame.

É como decido.

Araruama/RJ, 30 de setembro de 2026.

Pedro Ivo dos Santos Soares
Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil
Matricula: 3352-9

RECEBIDO
30/09/26
AS 17:37